

# Diário do Legislativo de 01/10/1997

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves\* - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

\*Afastado do exercício do mandato, por investidura no cargo de Secretário de Estado.

## SUMÁRIO

### 1 - DELIBERAÇÕES DA MESA

#### 2 - ATAS

##### 2.1 - 120ª Reunião Ordinária de Debates

##### 2.2 - 22ª Reunião Conjunta da Mesa da Assembléia

e da Comissão da Fiscalização Financeira e

Orçamentária

### 3 -MATÉRIA VOTADA

#### 3.1 - Plenário

### 4 - ORDENS DO DIA

#### 4.1 - Plenário

#### 4.2 - Comissões

### 5 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 5.1 - Comissão

### 6 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 7 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES

ANTERIORES

## 8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### DELIBERAÇÕES DA MESA

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.482

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Resolução nº 5.100, de 29/6/91, modificada pelo art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Arnaldo Canarinho, a vigorar a partir de 1º/10/97, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.464, de 30/7/97, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo		Padrão
Técnico Executivo de Gabinete	AL-39	
Auxiliar Técnico Executivo		AL-34
Assistente de Gabinete		AL-23
Secretário de Gabinete		AL-18
Secretário de Gabinete		AL-18
Secretário de Gabinete		AL-18
Auxiliar de Gabinete		AL-13
Auxiliar de Gabinete		AL-13
Auxiliar de Gabinete		AL-13
Auxiliar de Serviços de Gabinete	AL-10	
Auxiliar de Serviços de Gabinete	AL-10	
Auxiliar de Serviços de Gabinete	AL-10	
Auxiliar de Serviços de Gabinete	AL-10	
Auxiliar de Serviços de Gabinete	AL-10	
Motorista		AL-10
Atendente de Gabinete		AL-05
Atendente de Gabinete		AL-05
Atendente de Gabinete		AL-05
Atendente de Gabinete		AL-05

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 29 de setembro de 1997.

Francisco Ramalho, Presidente - Geraldo Rezende - Elmo Braz - Ivo José - Maria Olívia.

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.483

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Resolução nº 5.100, de 29/6/91, modificada pelo art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Roberto Amaral, a vigorar a partir de 1º/10/97, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.431, de 30/4/97, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo		Padrão
Técnico Executivo de Gabinete	AL-39	
Auxiliar Técnico Executivo		AL-34
Auxiliar Técnico Executivo		AL-34
Assistente Técnico de Gabinete	AL-29	
Assistente de Gabinete		AL-23
Secretário de Gabinete		AL-18
Auxiliar de Serviços de Gabinete	AL-10	
Auxiliar de Serviços de Gabinete	AL-10	
Atendente de Gabinete		AL-05

Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 29 de setembro de 1997.

Francisco Ramalho, Presidente - Geraldo Rezende - Elmo Braz - Ivo José - Maria Olívia.

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.484

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Resolução nº 5.100, de 29/6/91, modificada pelo art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Paulo Pettersen, a vigorar a partir de 1º/10/97, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.123, de 2/2/95, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete	AL-39
Assistente Técnico de Gabinete	AL-29
Assistente Técnico de Gabinete	AL-29
Assistente Técnico de Gabinete	AL-29
Supervisor de Gabinete	AL-25
Supervisor de Gabinete	AL-25
Auxiliar de Serviços de Gabinete	AL-10
Motorista	AL-10
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 29 de setembro de 1997.

Francisco Ramalho, Presidente - Geraldo Rezende - Elmo Braz - Ivo José - Maria Olívia.

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.485

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Resolução nº 5.100, de 29/6/91, modificada pelo art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Sebastião Costa, a vigorar a partir de 1º/10/97, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.266, de 25/10/95, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete	AL-39
Técnico Executivo de Gabinete	AL-39
Supervisor de Gabinete	AL-25
Secretário de Gabinete	AL-18
Secretário de Gabinete	AL-18
Secretário de Gabinete	AL-18
Secretário de Gabinete	AL-18
Auxiliar de Gabinete	AL-13
Auxiliar de Serviços de Gabinete	AL-10
Motorista	AL-10
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 29 de setembro de 1997.

Francisco Ramalho, Presidente - Geraldo Rezende - Elmo Braz - Ivo José - Maria Olívia.

ATAS

ATA DA 120ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 29 DE SETEMBRO DE 1997

Presidência do Deputado Aílton Vilela

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Atas - Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 1.420/97 - Comunicações: Comunicação do Deputado Geraldo da Costa Pereira - 2ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicação Apresentada - Palavras do Sr. Presidente - Questão de ordem - ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.

#### COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Ivo José - Maria Olívia - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Arnaldo Penna - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Elbe Brandão - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - Jorge Hannas - José Braga - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Mauri Torres - Paulo Pettersen - Péricles Ferreira - Ronaldo Vasconcelos - Sebastião Helvécio - Wilson Pires.

## ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Ailton Vilela) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

### 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

#### 1ª Fase

#### Atas

- O Deputado Ivo José, 2º-Secretário, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

#### Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para a 1ª Fase do Pequeno Expediente.

- Nesta oportunidade, é encaminhada à Mesa a seguinte proposição:

#### PROJETO DE LEI Nº 1.420/97

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Pai Pedro Clube da Amizade, com sede e foro no Município de Porteirinha.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Pai Pedro Clube da Amizade, com sede no Município de Porteirinha.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 1997.

José Militão

Justificação: A referida Associação é uma entidade civil de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Porteirinha. Seu objetivo é a prestação de serviços que possam contribuir para o bem-estar dos associados, no que diz respeito a assistência social, médica e dentária, bem como para o desenvolvimento de atividades recreativas, educacionais, esportivas e culturais, sem distinção de nacionalidade, cor, religião, sexo, estado civil ou credo religioso.

Seu estatuto foi registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Porteirinha, no livro A-4, a fls. 027 a 030, em 12/6/97.

Conforme atesta o Promotor de Justiça, a entidade está em pleno e regular funcionamento há mais de dois anos, cumprindo suas finalidades estatutárias, e sua diretoria é composta por pessoas idôneas, que não auferem remuneração pelo exercício de seus cargos.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde e Ação Social, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

#### COMUNICAÇÕES

- É, também, encaminhada à Mesa comunicação do Deputado Geraldo da Costa Pereira.

#### 2ª Fase

#### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Fase do Pequeno Expediente, compreendendo a leitura de comunicações e pronunciamentos dos Líderes inscritos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

#### Leitura de Comunicação Apresentada

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pelo Deputado Geraldo da Costa Pereira - falecimento da Sra. Maria Ferreira de Queiroz, mãe do Deputado Romeu Queiroz, Presidente desta Assembléia Legislativa, ocorrido em Patrocínio (Ciente. Oficie-se.).

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, antes de prosseguir, gostaria de manifestar seu sentimento pelo falecimento da mãe do nosso ilustre Presidente, Deputado Romeu Queiroz, desejando e pedindo a Deus que, na sua grandiosidade, dê força ao nosso estimado Presidente e a seus familiares para atravessar esse momento tão difícil.

#### Questão de Ordem

O Deputado Marco Régis - Nós, da Bancada do PPS, queremos associar-nos às manifestações de pesar pela morte da mãe do Presidente desta Casa.

#### ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Não havendo outras comunicações a serem feitas, Líderes inscritos nem oradores para o Grande Expediente, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária deliberativa de amanhã, dia 30, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 22ª REUNIÃO CONJUNTA DA MESA DA ASSEMBLÉIA E DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas do dia dezesseis de setembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Romeu Queiroz, Geraldo Rezende, Cleuber Carneiro, Francisco Ramalho, Maria Olívia, membros da Mesa da Assembléia; Miguel Martini, José Braga, Sebastião Navarro Vieira, Durval Ângelo, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e o Deputado Ermano Batista, Corregedor. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Romeu Queiroz, declara abertos os trabalhos; após, a ata da reunião anterior é lida e aprovada. Isto posto, o Presidente informa que a reunião tem por finalidade apreciar os processos de prestação de contas da aplicação dos recursos liberados por esta Casa a título de Subvenção Social, Auxílios para Despesas de Capital e Transferências a Municípios, nos termos do art. 3º, III, da Lei nº 11.815, de 24/1/95; da Deliberação da Mesa nº 1.428 e das demais normas vigentes. Em seguida, os processos são distribuídos aos Deputados Ermano Batista, Corregedor; Geraldo Rezende, relator na Mesa, e José Braga, relator na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, os quais, em conjunto, verificando as prestações de contas, cada um por sua vez, emitem pareceres mediante os quais concluem pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Academia Tanari Karate-do Wado-kai, Ação Social Paróquia Vespasiano, Asilo São Vicente SSVP, Associação Amigos Senador Firmino, Associação Apoio Desenv. Criança Gestante, Associação Aposentados Pensionistas Montes Claros Norte MG, Associação Bem-Estar Menor - São João Nepomuceno, Associação Comun. Ação Social Educacional Médio Piracicaba, Associação Comun. Bairro Santa Helena - Barreiro, Associação Comun. Barreiro Cruz - Mamonas, Associação Comun. Crisólita, Associação Comun. Rio Espera, Associação Comun. Senhora Santana Lagoinha, Associação Desenv. Assist. Social Educ. Desp. Noroeste MG, Associação Desenv. Comun. Amigos Campolide, Associação Desenv. Comun. Brejinho, Associação Desenv. Comun. Tapiraí, Associação Esportiva Água Branca, Associação Pais Amigos Excepcionais - Jequeri, Associação Pais Amigos Excepcionais - Paracatu, Associação Pequenos Produtores Trabalhadores Rur. Cor. Bruns, Associação Proteção Maternidade Infância - Felisburgo, Associação Protetora Organizada Infantil Água Branca, Associação Servidores Cristãos - Acrispu, Associação Trimariense Promoção Assist. Social, Associação Vicenciana Assist. Menor, Caixa Escolar Maria Carmo Prado Moraes, Casa Amizade Fronteira, Centro Comun. Rural São Pedro Avai, Clube Atlético Uberabense, Clube Serviços Amigos Comunidade Sape, Confraria Mães Cristãs Barbacena, Conselho Central Bom Sucesso SSVP, Conselho Desenv. Aparecida Mundo Novo, Conselho Desenv. Comun. Aracagi, Conselho Desenv. Santa Rosa Lima, Creche Amor Luz, Creche Nossa Sra. Amparo, Esporte Clube 5ª Residência, Fundação Casa Cultura Resende Costa, Fundação Varginhense Assist. Excepcionais, Grupo Espírita Legionários Maria, Hospital Fraternidade Pescador, Instituto Reducação Santa Teresinha, Juventus Esporte Clube - Três Corações, Movimento Cultural Paracatu, Núcleo Comun. Amigos Bairro Santo Antônio - Pouso Alegre, Núcleo Educacional Batista, Prefeitura Municipal Funilândia, Prefeitura Municipal Paiva, Prefeitura Municipal Santa Juliana, Santa Casa Misericórdia - Andrelândia. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados, cada um por sua vez. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Mesa e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para a próxima reunião ordinária, determina que se lave a ata e encerra os trabalhos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 23 de setembro de 1997.

Romeu Queiroz, Presidente - Geraldo Rezende - Francisco Ramalho - Elmo Braz - Maria Olívia - Sebastião Helvécio - José Braga - Antônio Roberto - Roberto Amaral - Ermano Batista.

#### ATA DA 66ª REUNIÃO Ordinária da comissão de fiscalização financeira e orçamentária

Às dez horas do dia onze de setembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Miguel Martini, Roberto Amaral, Antônio Roberto, Durval Ângelo e José Braga, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Antônio Roberto que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente acusa o recebimento do Ofício nº 272/97, do Tribunal de Contas do Estado. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, o Presidente procede à leitura da informação sobre anulação de precatórios, solicitada pela Comissão, atendendo a requerimento do Deputado Durval Ângelo, aprovado na 55ª Reunião Ordinária, no dia 8/5/97. A seguir, o Deputado Roberto Amaral apresenta os seguintes requerimentos: solicitando seja convidado o Sr. Ruy José Vianna Lage, Presidente da COPASA-MG, para fazer uma explanação sobre o programa de construção de barragens e poços artesanais, em implantação nos municípios do vale do Jequitinhonha; pleiteando seja autorizado o deslocamento dos membros desta Comissão ao vale do Jequitinhonha a fim de conhecer e fiscalizar as barragens recém-construídas. Após, o Deputado Durval Ângelo apresenta requerimento sugerindo seja convidado um representante do Tribunal de Contas para acompanhar a Comissão na referida visita. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia. Com a palavra, o Deputado Durval Ângelo, relator do Projeto de Lei nº 846/96, emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do projeto. Após, o Deputado Roberto Amaral, relator do Projeto de Lei nº 1.066/96, emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno. Colocados em discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados. Em seguida, o Deputado Roberto Amaral, relator do Projeto de Lei nº 1.153/97, solicita prazo regimental para emitir parecer, e o pedido é deferido pelo Presidente. Na ausência do Deputado Sebastião Navarro Vieira, relator do Projeto de Lei nº 1.227/97 e do Requerimento nº 2.247/97, o Presidente solicita ao Deputado José Braga que proceda à leitura dos seus pareceres. Com a palavra, o Deputado José Braga procede à leitura do parecer do relator, mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.227/97. Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado. Na fase de discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia, o Deputado José Braga procede à leitura do parecer do relator, Deputado Sebastião Navarro Vieira, que conclui pela aprovação do Requerimento nº 2.247/97 com as Emendas nºs 1 e 2. Submetida a votação, é a proposição aprovada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 1997.

Miguel Martini, Presidente - Gilmar Machado - José Braga - Antônio Roberto.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária DA COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DOS NOMES DOS PROFESSORES PE. GERALDO MAGELA, MARIA ELIANA NOVAES, MARIA LISBOA DE OLIVEIRA E CLEMENCEAU CHAIBI SALIBA PARA INTEGRAREM O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Às quinze horas do dia dezesseis de setembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria José Hauelsen, José Maria Barros e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria José Hauelsen, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado José Maria Barros que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião se destina à arguição pública dos indicados a integrar o Conselho Estadual de Educação e à apreciação do parecer do relator, Deputado Sebastião Costa. A Presidência convida os indicados - professores Pe. Geraldo Magela, Maria Eliana Novaes, Maria Lisboa de Oliveira e Clemenceau Chaib Saliba - para comporem a Mesa dos trabalhos e declara aberta a fase de arguição pública, oportunidade em que os membros da Comissão questionam os professores sobre assuntos ligados à área da educação, conforme consta nas notas taquigráficas. Vencida essa fase, a Presidência agradece a participação dos professores na reunião e suspende os trabalhos para os cumprimentos de praxe. Reaberta a reunião, com o mesmo "quorum", a Presidente passa à fase de apresentação do parecer do relator, o qual, após ser lido, é discutido. Encerrada esta fase, a Presidente anuncia que, nos termos do art. 264 do Regimento Interno, passará à votação do parecer, por escrutínio secreto, e solicita ao Deputado Sebastião Costa que atue como secretário, rubrique as sobrecartas e, ao final, anuncie o resultado da votação. Com a palavra, o secretário informa que foram encontradas na urna três sobrecartas, e o número delas coincide com o de Deputados presentes; nas três cédulas, foi marcado "sim". Após, a Presidência informa que o parecer foi aprovado e determina à assessoria a lavratura da ata de finalização dos trabalhos, pois se encontra cumprido o objetivo da Comissão, e suspende a reunião por 10 minutos. Reabertos os trabalhos, a Presidente solicita ao Deputado Sebastião Costa que proceda à leitura da ata. Esta, após ser lida, é aprovada e subscrita pelos membros presentes. A Presidência agradece a presença dos parlamentares e declara encerrada a reunião.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 1997.

Maria José Hauelsen, Presidente - José Maria Barros - Sebastião Costa.

#### ATA DA 67ª REUNIÃO Ordinária da comissão de fiscalização financeira e orçamentária

Às dez horas do dia dezoito de setembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Miguel Martini, Roberto Amaral, Antônio Roberto, Gilmar Machado, Sebastião Navarro Vieira, membros da Comissão supracitada. Encontra-se presente, ainda, o Deputado Péricles Ferreira, membros da Comissão supracitada.

Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Antônio Roberto que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. A seguir, acusa o recebimento dos Ofícios nºs 417 e 433/97, da Caixa Econômica Federal. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, o Deputado Miguel Martini transfere a Presidência dos trabalhos ao Deputado Sebastião Navarro Vieira, para apresentar requerimentos em que solicita seja promovida diligência técnica em três trechos da obra de duplicação da Fernão Dias; seja solicitado ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do art. 76, XII, da Constituição do Estado, que se promova diligência técnica às obras de construção da usina hidrelétrica de Miranda, no vale do Paranaíba. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia. Com a palavra, o Deputado José Braga, relator do Projeto de Lei nº 1.292/97, emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno. O relator do Projeto de Lei nº 1.294/97, Deputado Roberto Amaral, emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do projeto. Quanto ao Projeto de Lei nº 1.316/97, o relator, Deputado José Braga, emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno, com a Emenda nº 1. Devido à ausência do Deputado Durval Ângelo, relator do Projeto de Lei nº 1.083/97, o Deputado Gilmar Machado procede à leitura do seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1. Colocados em discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados. Logo após, o Deputado Roberto Amaral, relator do Projeto de Lei nº 1.153/97, emite parecer mediante o qual conclui pela rejeição da matéria. Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado. Com a palavra, o Deputado José Braga, relator do Projeto de Lei nº 1.195/97, emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do projeto. Submetido a discussão e votação, é o parecer rejeitado. O Presidente designa novo relator o Deputado Sebastião Navarro Vieira. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia. Com a palavra, o Deputado Sebastião Navarro Vieira, relator do Requerimento nº 2.234/97, opina pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1. Submetida a votação, é a proposição aprovada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 1997.

Miguel Martini, Presidente - Roberto Amaral - Jorge Eduardo - Durval Ângelo - José Braga - Sebastião Navarro Vieira.

#### ATA DA 10ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de meio ambiente

Às dez horas e quinze minutos do dia dezoito de setembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Raul Lima Neto, Antônio Roberto e Gilmar Machado (substituindo este ao Deputado Anivaldo Coelho, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Encontra-se presente, também, o Deputado Ivo José. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Raul Lima Neto, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Antônio Roberto que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 1.089/97, do Deputado Ivo José, que regulamenta o parágrafo único do art. 194 da Constituição do Estado, que dispõe sobre assistência social às populações de áreas inundadas por reservatórios. A Presidência convida a compor a mesa os Srs. Sebastião Virgílio Almeida, Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM -, representando o Dr. José Carlos Carvalho, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Maria Ângela Rocha Pereira, Superintendente de Assistência Social da Secretaria de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente, representando o Secretário Eduardo Barbosa; Prof. Franklin Daniel Rothman, Coordenador do Núcleo de Assistência dos Atingidos por Barragens; Geraldo Pinto Moreira, Presidente da Associação dos Atingidos por Barragens do Pilar, e José Antônio Ribeiro, Assessor da Comissão dos Atingidos por Barragens do Irapé. Com a palavra, o Deputado Ivo José, autor do requerimento que deu origem a esta audiência pública, faz suas colocações iniciais e esclarece que o projeto em discussão determina ampla e prévia divulgação sobre as áreas que serão atingidas por barragens e prevê fiscalização na implantação dos planos de assistência social. Após, o Presidente passa a palavra aos membros da Mesa, cada um por sua vez, para que possam fazer suas exposições. A seguir, a Presidência registra a presença dos Srs. Luiz Lôbo, Assessor da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; José Ronaldo da Cruz, Diretor do Centro de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente; Ricardo Ferreira Ribeiro e Maria Aparecida de Souza, da Comissão Pastoral da Terra; Wilson Luiz da Silva, Diretor-Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG -; José Roberto Fontes de Castro, Presidente da Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Piranga - ASPARPI -; Paulo Henrique Viana, Presidente da Associação Comunitária dos Moradores Atingidos por Barragens da Cachoeira da Providência; Geraldo Brizola, Presidente da Associação dos Moradores Atingidos por Barragens da Cachoeira do Pilar; James Gomes Pitt Simpson, Gerente do Departamento de Meio Ambiente da CEMIG; Maurílio Chaves dos Santos, Presidente do SINDIELETRO; Nilton Viotti, do Sindicato dos Jornalistas; Frederico Maciel Gravitto e Lúcio Guterres, membros do SINDIELETRO. Abre-se a fase dos debates, com a participação dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, conforme consta nas notas taquigráficas. Ato contínuo, o Presidente tece suas considerações finais, agradece a presença dos convidados e dos demais participantes, e, cumprida a finalidade da reunião, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 1997.

Raul Lima Neto, Presidente - Antônio Roberto - Ronaldo Vasconcellos.

#### ATA DA 25ª REUNIÃO Ordinária da comissão de defesa social

Às dez horas e trinta minutos do dia dezoito de setembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados José Henrique, Jorge Hannas e Arnaldo Penna (substituindo estes dois últimos, respectivamente, aos Deputados Djalma Diniz e José Bonifácio, por indicação das Lideranças do PFL e do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental e estando presentes também os Deputados Ajalmar Silva e Péricles Ferreira, o Presidente, Deputado José Henrique, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Jorge Hannas que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A reunião se destina a ouvir o Cel. PM Antônio Carlos dos Santos, Comandante-Geral da PMMG, e o Cel. PM Jair José Dias, Comandante-Geral reformado da PMMG, que presta esclarecimentos sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 42/97 e o Projeto de Lei Complementar nº 23/97, do Governador do Estado, os quais dispõem sobre o quadro de pessoal da PMMG, e a apreciar as matérias constantes na pauta. A Presidência convida o Cel. PM Jair José Dias para tomar assento à mesa e, a seguir, passa à leitura de "fax" do Comandante-Geral da PMMG, Cel. Antônio Carlos dos Santos, que justifica sua ausência nesta reunião. A Presidência passa a palavra ao Cel. PM Jair José Dias, que discorre sobre o tema em questão e responde às perguntas formuladas pelos parlamentares. O Presidente tece os comentários finais, informa que os assuntos ventilados na reunião se encontram registrados nas notas taquigráficas e esclarece que, devido à falta de "quorum" para votação, deixa de apreciar as demais matérias constantes na pauta. Em seguida, agradece o comparecimento dos Deputados e do convidado, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina que se lave a ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 1997.

José Henrique, Presidente - Arnaldo Penna - Antônio Genaro.

#### ATA DA 66ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de defesa do consumidor

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e três de setembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Nascimento, Ambrósio Pinto, Antônio Andrade e Ajalmar Silva (substituindo este ao Deputado João Leite, por indicação da Liderança do PSDB), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Nascimento, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Antônio Andrade que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência informa que se encontra em poder da Mesa e à disposição dos Deputados correspondência do Departamento de Defesa do Consumidor - DECON - de Araguari, referente a assunto de interesse da Comissão. Ato contínuo, a Presidência informa que a reunião se destina a ouvir representantes de entidades públicas e privadas, os quais discutirão a nova Associação Nacional de Defesa dos Consumidores de Crédito - ANDEC -, e registra a presença dos Srs. William da Silva Mourão e José Luís Sotomaior Karam, respectivamente, Presidente e Diretor da ANDEC; Cynthia Botelho Valle, Assessora Jurídica do Departamento de Assistência ao Consumidor, representante do Sr. Manoel Bernardes, Vice-Presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas - CDL -; e Rodrigo Botelho Campos, Coordenador do PROCON-BH. O Presidente tece as considerações iniciais, relativas ao objetivo da reunião e, em seguida, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições e respondam às perguntas formuladas pelos Deputados presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 1997.

Geraldo Nascimento, Presidente - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade.

MATÉRIA VOTADA

Matéria Votada na 301ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 30/9/97

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Requerimentos do Deputado Aílton Vilela (2), solicitando tramitação em regime de urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 25/97 e reunião conjunta das comissões a que foi distribuído.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 302ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 1º/10/97

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 horas às 15h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.272/97, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que determina a obrigatoriedade da adição de um percentual de 22% de álcool anidro à gasolina. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

Requerimento nº 2.255/97, da Comissão de Saúde e Ação Social, em que pede sejam solicitadas ao Secretário da Saúde informações relacionadas ao Programa de Saúde da Família. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 2.260/97, da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, em que pede sejam solicitadas ao Comandante-Geral da PMMG e ao Secretário da Segurança Pública informações sobre a ocorrência de prisão ilegal e espancamento que teria sofrido a pessoa que menciona, no Município de Raul Soares. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 2.271/97, do Deputado José Bonifácio, em que pede sejam solicitadas ao Secretário da Saúde informações sobre o motivo pelo qual deixou de se descontar, em folha de pagamento, a contribuição em favor da Associação Sindical dos Trabalhadores dos Hospitais do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42/97, do Governador do Estado, que altera a redação do "caput" do art. 142 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 36/97, do Deputado José Bonifácio e outros, que dá nova redação ao art. 134 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12/95, do Deputado Miguel Martini e outros, que dá nova redação ao § 2º do art. 53 da Constituição do Estado e ao art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 21/97, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que dá nova redação ao art. 7º da Lei Complementar nº 26, de 14/1/93, que dispõe sobre normas gerais relativas ao planejamento e à execução de funções públicas de interesse comum, a cargo da região metropolitana, sobre as atribuições, a organização e o funcionamento da Assembléia Metropolitana da Região Metropolitana de Belo Horizonte e dá outras providências. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.083/97, do Deputado João Batista de Oliveira, que institui a obrigatoriedade de mensagem aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e Ação Social e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.153/97, do Deputado Dimas Rodrigues, que institui o Programa Estadual de Apoio à Cotonicultura e à Fruticultura Norte- Mineiras. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Agropecuária e Política Rural opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça, e 4, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela rejeição do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 70ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer, a realizar-se às 9h30min do dia 1º/10/97

1ª Parte (Expediente)



Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.127/97, do Deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.334/97, do Deputado Baldonedo Napoleão; 1.341/97, do Deputado Olinto Godinho; 1.222/97, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

Convidados: Dr. Amílcar Martins Filho, Secretário de Estado da Cultura; Dra. Cláudia Freire Lage, Coordenadora do IPHAN; Dra. Jurema de Souza Machado, Presidenta do IEPHA; Dr. João Antunes de Oliveira, Prefeito Municipal de Diamantina; Jornalista Américo Antunes, Presidente da FENAJ e Delegado de Diamantina junto à UNESCO, os quais irão prestar esclarecimentos sobre o reconhecimento da cidade de Diamantina como patrimônio cultural da humanidade.

Ordem do dia da 78ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente, a realizar-se às 9h30min do dia 1º/10/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir assuntos de interesse da Comissão.

Ordem do dia da 67ª reunião ordinária da comissão de Agropecuária e Política Rural, a realizar-se às 10 horas do dia 1º/10/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.310/97, do Deputado Roberto Amaral.

Convidados: Srs. Alysson Paulinelli, Secretário de Agricultura; José Afonso Bicalho Beltrão, Presidente do BEMGE; João Antônio Fleury Teixeira, Delegado Regional Interino do Banco Central em Minas Gerais; Gilman Viana Rodrigues, Presidente da FAEMG; Paulo Severino de Rezende, Presidente da EMATER-MG; José Aloísio Rocha Martins e Carlos Aurélio Baeta, respectivamente, liquidante e representante da MinasCaixa; José Farias, Amílcar Machado, Manoel Ferraz; e os Presidentes de Sindicatos de Produtores Rurais do Norte de Minas Levi Quaresma, Reinaldo Veloso Rabelo, Osmar Miguel de Moraes e Moacir Nascimento de Carvalho, que irão prestar esclarecimentos sobre a situação dos produtores rurais que contraíram financiamento junto à MinasCaixa, garantido pelo PROAGRO, e que hoje se encontram inadimplentes devido à liquidação extrajudicial dessa instituição.

Ordem do dia da 72ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 1º/10/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.243/97, do Deputado Olinto Godinho, e Projeto de Lei Complementar nº 23/97, do Governador do Estado.

Ordem do dia da 83ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 11 horas do dia 1º/10/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.237/97, da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais; 1.285/97, do Deputado Geraldo Rezende; 1.321/97, do Deputado Gilmar Machado; 1.332 e 1.333/97, do Deputado Marcos Helênio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.356/97, do Deputado Anderson Aduino; 1.361/97, do Deputado Bilac Pinto; 1.115/97, do Deputado Ermano Batista; 1.370/97, do Deputado Geraldo Rezende; 1.351/97, do Deputado Ivair Nogueira; 1.368/97, do Deputado Ivo José; 1.355/97, do Deputado José Bonifácio; 1.362/97, do Deputado José Militão; 1.352/97, do Deputado Péricles Ferreira; 1.359/97, do Deputado Paulo Schettino; 1.358/97, do Deputado Roberto Amaral; 1.366/97, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 1.357/97, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 1.371/97, do Deputado Wanderley Ávila.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Ermano Batista, Sebastião Costa, Antônio Genaro, Gilmar Machado e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Leonídio Bouças, Ajalmar Silva, Arnaldo Penna, Antônio Andrade, Marcos Helênio, Sebastião Helvécio e Ibrahim Jacob, membros da Comissão de Administração Pública, para a reunião conjunta a ser realizada em 1º/10/97, às 15h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Pareceres para o 1º turno do Projeto de Lei nº 1.324/97, da Deputada Maria José Hauelsen, que institui o transporte rodoviário intermunicipal de passageiros em veículos de pequeno porte.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 1997.

Hely Tarquínio, Presidente.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.222/97

Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer

#### Relatório

De autoria do Deputado Ronaldo Vasconcellos, o projeto de lei em análise propõe a declaração de utilidade pública da Federação Mineira de Voleibol - FMV -, com sede em Belo Horizonte.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou óbice à sua tramitação e apresentou-lhe a Emenda nº 1. Vem agora a esta Comissão para o 1º turno de deliberação conclusiva, em cumprimento das normas regimentais.

#### Fundamentação

A FMV difunde o voleibol no Estado de Minas Gerais e objetiva o progresso de todas as entidades a ela filiadas. Representa esse esporte em todo o País, nas competições amistosas ou oficiais promovidas pela Confederação Brasileira de Voleibol.

Pelos bons serviços prestados, entendemos ser justa a declaração de sua utilidade pública.

#### Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.222/97 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 1997.

José Henrique, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.341/97

Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer

#### Relatório

De iniciativa do Deputado Olinto Godinho, o projeto de lei em tela objetiva declarar de utilidade pública a Sociedade Guanhanense de Cultura Musical, com sede no Município de Guanhães.

Preliminarmente, foi o projeto encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme dispõe o art. 104, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A referida entidade tem como objetivo principal manter em sua sede uma escola para ensino gratuito da arte musical, com ênfase nos instrumentos de sopro e percussão.

Para a realização de seu trabalho e em homenagem à padroeira dos músicos, mantém a Banda Santa Cecília, que, por meio de audições públicas, colabora com as autoridades em datas comemorativas e em festas populares.

Em vista disso, achamos oportuno outorgar-se-lhe o título declaratório de utilidade pública.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.341/97 na forma original.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 1997.

**Gilmar Machado, relator.**

#### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

#### 298ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 23/9/97

O Deputado Gilmar Machado\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes nas galerias, imprensa, ocupo esta tribuna para externar o posicionamento da nossa Bancada do PT a respeito das movimentações e dos diálogos que têm ocorrido nos últimos dias: foi colocado numa das entrevistas, numa das falas, que nós estávamos fazendo diálogo ou conversa debaixo dos panos. Queremos deixar claro que nós, do PT, estamos, sim, dialogando e queremos fazer esse diálogo claramente, de forma transparente.

Queremos deixar claro, também, que entendemos que o País vive um momento extremamente difícil. Abrimos uma revista de circulação nacional e vemos uma entrevista em que um dos grandes empresários do País, Antônio Ermírio de Moraes, coloca que é preciso começar a gritar. Se o empresário está falando que é preciso gritar, fico imaginando o que sobra para o assalariado hoje. Sobre o que o Governo Federal fez e vem fazendo com os trabalhadores, o desemprego que hoje assola este País e a questão social, entendemos que é fundamental que tenhamos uma postura.

Nós, do PT, estamos, sim, articulando uma grande frente de esquerda para que possamos de fato enfrentar esse projeto, esse candidato, apesar de todo o processo que foi montado na legislação eleitoral, que estará sendo votada amanhã. Se não houver realmente um entendimento de que é preciso modificar alguns critérios, nossa bancada não votará no Congresso Nacional. Vamos retirar nossa bancada da votação da lei eleitoral, porque não podemos legitimar ou sequer referendar uma recondução do Presidente da República. A legislação eleitoral coloca casuisticamente que o Presidente da República poderá se utilizar do avião presidencial e do Palácio, não precisará se licenciar e poderá inaugurar obras e solicitar cadeias de rádio e televisão a qualquer momento, sem consulta. Acima de tudo, não permite o financiamento, e pode-se gastar o que se quer. Não podemos e não vamos admitir isso, não vamos aceitar. Vamos protestar, sim; vamos gritar e fazer o que pudermos dentro do processo da regra democrática; vamos realmente fazer uma grande cruzada neste País para demonstrar que é preciso modificar esse sistema.

O Deputado Miguel Martini (Em aparte) - Gostaria de parabenizar o Deputado Gilmar Machado por seu pronunciamento. Acredito que todos os parlamentares, em todas as Assembléias Legislativas, deveriam estar fazendo pronunciamentos semelhantes, porque essa lei reeleitoral é um acinte, um abuso, um desrespeito dentro do processo democrático por que passa o País, mostrando um retrocesso com a apresentação de uma lei que visa única e exclusivamente reeleger o Sr. Fernando Henrique Cardoso. Trata-se de uma lei desrespeitosa, inconstitucional, feita apenas para beneficiar os grandes partidos e o Sr. Fernando Henrique Cardoso. Confio e espero - nós esperamos - que o Congresso Nacional seja livre, independente, para dizer "não" ao absurdo dessa legislação que está para ser votada. Vejam os senhores, por exemplo, a inconstitucionalidade: a lei orgânica dos partidos políticos permite que os partidos se organizem, mas nessa "coisa" que está lá e que me recuso a chamar de lei eleitoral estão dizendo que o tempo na televisão e os recursos financeiros serão somente para os partidos que tinham, em 1994, dez parlamentares. Ora, então diga-se que não se pode criar partido novo neste País, diga-se que a legislação deste País é feita para os grandes partidos, principalmente para aqueles que estão levando o País para o buraco, nesta situação quase irreversível que estamos vivendo.

Parabéns a V. Exa. Tenho conversado com Deputados Federais que têm dito que não vão aceitar o absurdo dessa legislação, que vão modificá-la porque, se não o fizerem, será uma vergonha nacional votarem uma lei fisiológica, apenas para beneficiar o Fernando Henrique Cardoso, não sei a que preço. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Agradeço ao Deputado Miguel Martini. Gostaria de dizer que havíamos votado uma lei eleitoral no Congresso, na Câmara Federal, que foi modificada pelo Senado. Conclamamos os Deputados dos demais partidos para que trabalhem junto aos Deputados Federais para que não aceitem essa lei, que modifiquem esse processo eleitoral, que é fundamental, porque, do contrário, teremos extremas dificuldades e problemas. No caso de permanecer a lei como se encontra, estaremos votando uma lei que criará problemas para os vários Estados. Não podemos aceitar passivamente o que estão querendo fazer em Minas Gerais. Vimos o caso de São Paulo....

O Deputado Geraldo Rezende (Em aparte) - Primeiramente, quero parabenizá-lo pela importância e pela oportunidade desse pronunciamento e congratular-me com V. Exa. por essa felicidade, essa impetuosidade com as quais V. Exa. está defendendo aquilo que o povo brasileiro realmente quer que seja defendido, porque o povo brasileiro não quer essa lei. Creio que erraram na elaboração dessa lei porque se esqueceram de colocar como último artigo: "Ficam proibidas candidaturas adversárias ao Sr. Fernando Henrique Cardoso". O Fernandinho II, porque já tivemos o Fernandinho I, de triste memória. Fica proibido, nessa eleição de 1998, ter adversários contra o Sr. Fernando Henrique Cardoso. Isso é um absurdo. Quero dizer da minha indignação com relação a essa lei porque, do jeito que estão fazendo, só faltou a criação desse artigo. Mas V. Exa. pode ter a certeza de que o povo mineiro e o povo brasileiro vão responder nas urnas, vão dar uma lição nesse grupo que hoje está governando este País, ou melhor, desgovernando este País. Pergunto à sociedade mineira e à brasileira: o Plano Real não é de Fernando Henrique e, sim, de Itamar Franco, e o que que o Sr. Fernando Henrique fez? Absolutamente nada. Mostrando os dedos ele dizia: educação, segurança pública, saúde, agricultura e o social. Ele não fez nada para a agricultura, a saúde está péssima, a educação zerou. Agora, acabou tudo, estamos no fundo do poço. Se ela não for reorganizada, não sei como vai ser. Segurança, não precisa nem falar. A qualquer hora que se ligue a televisão, está-se vendo a insegurança do País. E o social, então, Exa.? O social dá cestinha básica no vale do Jequitinhonha para pegar voto, quer dizer, troca essa cesta por voto. Foi feito isso na eleição de Prefeito e também será a mesma coisa na próxima, e ninguém fala nada. Então, parabéns a V. Exa., e conte com meu apoio nessa jornada.

O Deputado Gilmar Machado - Agradeço e gostaria de comentar o processo eleitoral que está sendo montado. Queremos discutir também a situação do Governo do Estado. Nós, do PT, temos um nome a apresentar à sociedade, que é o do companheiro Patrus Ananias. Mas isso não nos impede de dialogar. Não temos a arrogância de entender que os demais parceiros não precisam ser ouvidos, precisamos dialogar para construir um programa, para recuperar o Estado de Minas Gerais, que está endividado e que também passa por profundas dificuldades. E o PT, no seu encontro estadual, deliberou, por ampla maioria, que estaríamos construindo essa frente e discutindo com o PDT, o PSB e os partidos de esquerda a composição de um campo. Queremos debater com as lideranças que têm força e peso neste Estado a construção desse campo, não fugindo dos nossos princípios e do nosso programa. Com alguns partidos já definimos a impossibilidade e a dificuldade de participar de uma composição. Mas queremos e participamos, sim, de um debate e de um diálogo como o que tivemos com o Presidente da Assembléia, Deputado Romeu Queiroz, que é indiscutivelmente uma grande liderança neste Estado. Queremos e vamos continuar dialogando com todas as pessoas que nos convidarem, porque não temos a arrogância de achar que somos os únicos donos da verdade, mas entendemos que temos uma contribuição importante para dar nessa disputa para o Governo do Estado. Queremos entrar e constituir uma frente para ganhar esse Governo do Estado, para inverter as prioridades que temos hoje, para acabar com o massacre que o Governo do Estado faz contra o funcionalismo público, para não permitir que ele faça o que está fazendo com a CEMIG. Entendemos que é preciso dialogar. Isso não significa que todo o nosso diálogo é levado à nossa base. Ontem, a Executiva Estadual do PT se reuniu para avaliar a questão e o companheiro Patrus pôde relatar o diálogo que está desenvolvendo com os demais partidos, para que os demais membros da Executiva pudessem relatar as conversas que vêm fazendo. Posteriormente, estaremos levando isso para a nossa base, que fará uma definição por meio de diálogo franco e aberto com todas as pessoas. Não temos medo do debate, do diálogo, das diferenças de posicionamentos dentro do PT. Para nós, o debate político e fraterno é fundamental.

Em nome de nossa bancada, queremos dizer que estaremos fazendo esses debates. Não fazemos e não fechamos acordos por cima, mas nós os construímos por baixo, discutindo, não nos furtando ao diálogo nesse momento em que todos os partidos questionam a mudança para outros partidos. Queremos discutir essas questões todas as vezes que formos chamados, como ocorreu com o nosso Líder, Deputado Marcos Helênio. Temos algumas diferenças com Roberto Freire e com o PDS em nível nacional, mas isso não nos impede de dialogar, como fez e vai fazer o nosso Líder, Deputado Marcos Helênio.

O Deputado Marcos Helênio (Em aparte) - Cheguei um pouco atrasado e estou ouvindo a manifestação do Deputado Gilmar Machado. Ele fala com toda a convicção e a certeza. É um pensamento moderno, sem revanchismo, do entendimento e do diálogo, com o qual comungamos. Acho que essa é a medida correta. Temos que ter realmente esse diálogo. Não

podemos ter receio. Não temos nada a esconder. Política se faz por meio de conversação. Não é por causa disso que vamos abrir mão dos nossos princípios, dos nossos projetos e nossas propostas.

Todas as iniciativas serão comunicadas às lideranças do movimento, do partido. Portanto, não tem nada por debaixo do pano, e acho que devem continuar todas as formas de conversação, mas sem abrir mão daqueles princípios que nos são caros. Portanto, Gilmar Machado, na condição de Líder, estou solidário com a sua posição.

O Deputado Gilmar Machado - Gostariamos de agradecer a posição do nosso Líder, que expressa o posicionamento da nossa bancada, ou seja, queremos discutir a constituição de um programa de governo centrado na inversão de prioridades, na valorização dos servidores públicos, na garantia da manutenção de instituições importantes para nós, como a CEMIG, a COPASA e outros organismos que estão sendo desmontados. Queremos, para Minas Gerais, um projeto de governo que nos recupere, que acabe com esse processo brutal de endividamento no qual entramos e que não nos possibilita garantir melhores condições de vida para nossa população. E, acima de tudo, queremos ter, em Minas Gerais, um projeto que se oponha ao projeto de Fernando Henrique. Queremos, das montanhas de Minas Gerais, de onde partiram grandes movimentos nacionais, levantar a nossa voz para derrotar esse projeto que Fernando Henrique vem impondo ao povo brasileiro e tanto sacrifício vem trazendo a todos nós.

Portanto, estaremos discutindo as propostas, os objetivos e as pessoas também. Não estamos discutindo com qualquer pessoa, estamos discutindo com pessoas que têm serviços prestados. Apesar das divergências que temos, reconhecemos a sua liderança e, portanto, queremos discutir essa possibilidade. Se não for possível, não tem problema, porque já avançamos na constituição de campos para enfrentar Fernando Henrique, a fim de que tenhamos um País sem casuísmos, com o aprofundamento da democracia, que é fundamental para a transformação e a elevação do Brasil à condição de país de Primeiro Mundo, o que significa a valorização das pessoas que moram neste País. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo de Minas Gerais, entendemos que as ações de grupos que se preocupam com a preservação histórica do nosso Estado, grupos que se preocupam com a preservação ambiental do nosso Estado, são extremamente importantes. No entanto, tais grupos devem ter um parâmetro para apresentar e discutir suas idéias de forma aberta e democrática, além de apresentar dados que embasem suas convicções.

Eu gostaria, Srs. Deputados, de fazer a leitura de uma reportagem feita por um jornal de Montes Claros, datada de 19 de setembro. Tal reportagem mostra que um patrimônio histórico pode prejudicar a construção da Barragem de Irapé, no vale do Jequitinhonha. Vou ler um pequeno trecho dessa reportagem. (-Lê:)

"A existência de um quilombo em Acauã está atrapalhando negociações para efetivação da construção da Usina de Irapé.

A existência de um quilombo no Distrito de Acauã, no Município de Leme do Prado, poderá impedir a construção da Usina de Irapé, na divisa do Norte de Minas e vale do Jequitinhonha. A Associação dos Palmares, entidade que defende a raça negra, solicitou à Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM - que fizesse estudos históricos para comprovar a existência desse quilombo no local, onde possivelmente viveram os negros da região, há mais de 50 anos.

Se ficar comprovada a existência do quilombo, o investimento poderá ficar prejudicado, pois existe lei federal que impede a desapropriação dessas áreas. A informação é do coordenador regional da Comissão Pastoral da Terra - CPT -, Avilmar Ribeiro dos Santos".

Para quem não conhece, a barragem, a Usina de Irapé representa a única possibilidade de se investir na região mais pobre do Estado de Minas Gerais, uma região que nunca recebeu nenhum investimento dos Governos Estadual e Federal. Respeitar a existência desse sítio histórico importante, que faz parte da cultura e da própria história do Estado de Minas Gerais, é inegavelmente, um fato que depende de todos nós. Não podemos, de forma alguma, passar por cima desses momentos históricos do Estado de Minas Gerais. Esse quilombo existiu há muito tempo, no final do século passado, e hoje existe apenas a história, existe apenas esse fato que todo mundo reconhece, que todos lembram e que é importante para todos nós. Mas daí a barrar a construção de uma usina que já está em passos avançados, já caminhando - recentemente, fizemos no Município de Cristália uma audiência pública, com a FEAM, com o COPAM e com a AMDA, para dar efetivamente os primeiros passos oficiais, para termos as licenças de instalação e de operação -, vai uma distância muito grande.

Gostariamos de chamar a atenção para esse fato, porque naquela região existe o temor e a preocupação dos Prefeitos e dos Vereadores. O processo está bastante avançado. Já se discute uma forma de indenização dos proprietários das terras - a indenização terra a terra ou a indenização por espécie. Existe um estudo de viabilidade econômica. A CEMIG está apostando alto, tanto é que já constituiu o grupo que vai disputar a licitação da construção da Barragem de Irapé. As pessoas, os futuros atingidos pela barragem já estão se mobilizando para que não aconteçam injustiças, como aconteceu na construção da Barragem do Bico da Pedra, no Município de Janaúba.

O processo já avançou. E há uma perspectiva de termos esse investimento, que soma US\$650.000.000,00, com geração de energia elétrica na mesma proporção da Barragem de Três Marias. Será um espelho d'água que vai irrigar a região, vai proporcionar a oportunidade de se investir também no lazer, no turismo. O Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR - já alocou recursos para asfaltar a estrada que vai da BR-251 ao Município de Grão-Mogol. E, pelo fato de ter existido esse sítio histórico, esse quilombo, no Distrito de Acauã, estamos correndo o risco de não termos a nossa barragem.

Aliás, Srs. Deputados, chamo a atenção para grupos no Estado de Minas Gerais que procuram colocar todas as dificuldades possíveis e imagináveis quando se fala que vamos ter um projeto dessa envergadura. Só para exemplificar o radicalismo desse grupo, há um mês estivemos em Montes Claros, numa audiência pública, para se lançar a segunda etapa do Projeto Jaíba. E uma senhora da AMDA, grupo de grande responsabilidade, disse, pessoalmente - tenho a gravação -, que não se pode falar na segunda etapa do Projeto Jaíba sem se preocupar em solucionar problemas, entre aspas, da primeira etapa. Ela se esquece de que o Projeto Jaíba é o melhor e o maior exemplo de assentamento agrário deste País. O trabalhador rural que vai para o Projeto Jaíba recebe 5ha, com água em sua porta, dos quais 2,5ha já plantados, já nascendo. Recebem as casas, embora precárias, mas provisórias, recebem investimentos, orientações e vem o pessoal da AMDA dizer que não é possível lançar a segunda etapa do projeto, respaldados por pessoas que se dizem representantes da Pastoral da Terra e por elementos dos sem-terra no País, quando esse movimento aqui, na região de Belo Horizonte e em outras regiões, luta para ter a terra bruta, a terra nua, e lá eles a recebem já preparada, com investimento de 25 anos para produzir. Pessoas que nunca tinham a possibilidade de ganhar um salário mínimo ganham em média mais de R\$1.600,00 por mês, livres, no Projeto Jaíba. Esse pessoal vem dizer alto e bom som que não se pode falar em Projeto Jaíba, quando, na sua segunda etapa, deveriam resolver os seus problemas. Que problemas são esses? Eles têm assistência do Governo Federal, têm assistência do Governo Estadual, estão asfaltando a via de acesso ao Jaíba. É o melhor e maior exemplo de assentamento agrário deste País. Isso está comprovado.

Agora vêm esses representantes do patrimônio histórico-cultural querendo barrar um projeto de R\$600.000,00, que irá mudar toda a face da economia do vale do Jequitinhonha, o vale da miséria para algumas pessoas, mas que, na verdade, é o vale do trabalhador norte-mineiro.

É por tudo isso que não podemos nos calar diante desse fato. São por ações dessa natureza que o vale do Jequitinhonha continua sendo o vale da exploração, das caravanas demagógicas, que se criam para conhecer aquela região, e ninguém, efetivamente, coloca suas idéias, seus esforços em favor daquela região.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - V. Exa. sempre tem nos impressionado por sua apologia a tudo o que se refere ao Norte de Minas. Creio que aquela região recebeu um presente ao tê-lo como companheiro, cidadão, como colega norte-mineiro.

Entretanto, tinha que apartear-lo - embora até tenha me inscrito para isso - porque V. Exa. há de concordar comigo, aqui é a Casa do debate, e isso promove a própria lógica. Estivemos ali, eu, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, com o Sr. Secretário e também com a Sra. Dalci, Presidente da AMDA. E não houve oposição ali à nossa responsabilidade; pelo contrário, nós defendemos o progresso, mas chamamos a atenção para que todos observassem e não se cometessem os erros do Jaíba I. Primeiramente, não há fossas sépticas, e isso contamina o lençol freático. V. Exa. ri, mas a terra é um organismo vivo, e esse desrespeito nos deixa na condição de cidadãos do Terceiro Mundo. Com R\$40,00 a mais por casa, poder-se-ia fazer a fossa séptica.

Volto-lhe o aparte, dizendo-lhe que deve-se procurar estudar primeiro, antes de se fazer uma barragem. Evidentemente somos favoráveis a construções examinadas, pesquisadas, porque há quem diga que uma barragem é um deserto de águas. Estamos desequilibrando o ecossistema inteiro. Veja bem, eu peço apenas que V. Exa. não ataque assim entidades

sérias como a AMDA.

O Deputado Carlos Pimenta - Pediria que V. Exa. concluísse. O livro está aberto para inscrições, e V. Exa. poderá se inscrever. Não quero entrar em polêmica com V. Exa., mesmo porque acho que V. Exa., investido do cargo de Presidente da Comissão de Meio Ambiente, tem que procurar desviar o assunto para as questões ambientais, mas eu encaminhando o assunto para as questões sociais.

Veja bem: uma pessoa no Jaíba recebe 5ha de terra tratada, adubada, plantada, com equipamento de irrigação na porta; recebe a casa, a semente, orientação técnica, todo o tipo de ajuda para poder produzir. Eles têm água tratada em casa, luz elétrica, transporte, escolas, saúde pública de altíssimo nível para seus filhos e estão evoluindo.

Agora, chega uma pessoa e fala: "A segunda etapa do projeto, para instalar 3 mil famílias em 15.000ha, não pode continuar, porque ainda falta colocar uma luz na porta da casa ou uma fossa séptica, sendo que eles têm locais próprios para colocar depósitos de agrotóxicos ...

O Deputado Raul Lima Neto - São 27 erros ambientais. Não é um só, não.

O Deputado Carlos Pimenta - Pediria a V. Exa. um momento. V. Exa. pode falar o que quiser. Eu sempre gosto de escutar. Agora, dizer que tudo isso não é suficiente para se instalar a segunda etapa do projeto, meu Deus do céu, parece que estamos no Primeiro Mundo. Até parece que não está existindo fome no Norte de Minas. Até parece que não existem pessoas sem terra, fome na região do Jequitinhonha, e o pessoal do MST invadindo terras, áreas, na verdade improdutivas, sem a mínima estrutura, sem nada. Eles ficam satisfeitos e estão lutando por isso. E nós vamos barrar o Projeto Jaíba com toda essa estrutura, Deputado? Não entendo, então. Parece que o mestre Kafunga está certo: o certo é que é o errado. Se isso é errado, o que é certo neste País?

Só para concluir, Sr. Presidente, não vamos admitir que projetos dessa natureza, em locais pobres, que precisam de investimentos, com o povo passando fome, sejam barrados, como a construção da segunda etapa do Projeto Jaíba, por falta de fossa séptica. Ou que venham querer barrar a construção da Usina de Irapé, porque há 100 anos, na época da Lei Áurea, ali existiu um quilombo e que hoje tem que se preservar a história. Paciência, Deputado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz, Srs. Deputados, não foi por isso que subi a esta tribuna, mas tenho que dar uma resposta ao nosso companheiro, Deputado Carlos Pimenta, honrado e atuante Deputado de todo o Norte de Minas. Em nenhum momento - e isso é importante que se diga, senão o debate não é debate, porque ele só o é quando verossímil - houve qualquer oposição à instalação do Jaíba II. Pelo contrário, houve uma preocupação de que, na instalação do Jaíba II, não se cometam os erros absurdos do Jaíba I, entre eles o desvio de verbas. O povo que vive na região enfrenta uma situação precária - sem ônibus, sem ter como levar os filhos à escola, sem higiene. O exemplo é do próprio Governo, aliás, das próprias autoridades de saúde pública, que, ao chegarem ali, viram que as fossas nem sequer são sépticas, porque o Governo resolveu economizar R\$40,00 em cada uma delas, não importando se vai haver contaminação do lençol freático.

Há sérios erros e os viu quem ali esteve. Ali estiveram autoridades, não para barrar o Jaíba II, como eloqüentemente expôs o meu querido companheiro, mas para que o Jaíba II não tenha os mesmos erros do Jaíba I e seja aperfeiçoado. Mas, como esse não é o motivo pelo qual subi aqui, quero, neste momento, ingressar no assunto pelo qual aqui estamos, uma vez que sei que existem autoridades que não permitirão que o Projeto Jaíba II se frustre ou que o povo que ali está não goze dos benefícios proporcionados por autoridades que se preocupam com o homem e com o bem-estar do homem, com o meio ambiente.

Mas o motivo pelo qual subi aqui foi para dizer que essa lei eleitoral, que está sendo votada agora, é conhecida por todos nós como lei casuística, porque irá dar vantagem àquele que tem a máquina, àquele que tem a administração, àquele que tem os recursos e as verbas para conter ou derramar, como uma represa pode fazer, para que possam ser usadas em benefício próprio, em sua campanha. Não quero entrar na filosofia dessa lei, porque evidentemente existem os apologistas dela, que certamente terão argumentações que eu precisaria ouvir até para iniciar esse debate ou para me posicionar sobre esse assunto. Mas eu quero fazer conhecer a todos aqueles que não conhecem porque não querem ou porque estão cegos: o Brasil nunca esteve tão parado quanto na época que estamos vivendo agora, de Fernando Henrique Cardoso. Estamos parados em obras: não temos estradas. Faz-se a recuperação de algumas estradas por aqui, mas passem pelas outras e verão que são buracos. Nessas estradas, o cidadão é colocado em risco de vida o tempo inteiro. Esse Presidente demonstra ser o mais voraz por impostos de todos esses que por aí passaram, e esses projetos sequer são aplicados segundo o motivo pelo qual foram arrecadados. A agricultura do nosso País nunca esteve tão jogada ao caos quanto agora. O Banco do Brasil está falindo e teve que dispensar funcionários, com algumas atitudes - eu diria que a maioria delas - que foram verdadeiros atos de injustiça, pois feriam o direito fundamental do cidadão, colocando pais e mães de família contra a parede ("ou você renuncia ou vai para o Acre"), separando a mãe dos filhos. O mesmo ocorre com o ensino. É fato que o Presidente se agarra ao Plano Real, mas todos sabem que quando ele assumiu o Ministério - e digo isso desta tribuna tomando como testemunha Deus e meus companheiros Vereadores, que comigo estiveram, com o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, que acabara de tomar posse e de assumir a pasta, aqui, em Belo Horizonte -, dissemos-lhe: "Excelência, o senhor sabe - é claro que ele sabia - que a única solução para conter a inflação é atrelá-la a uma moeda forte". Eu lhe escrevi - e disso ele sabe - num cartão de Vereador, citando exemplos e dizendo: "Excelência, há mais uma coisa, se Deus não edifica a casa, em vão trabalham aqueles que a edificam. Se o Senhor não edificar a casa, em vão trabalham aqueles que a edificam. Se o Senhor não guarda a cidade, em vão vigia a sentinela, Excelência. Inútil será levantar-se de madrugada, deitar-se tarde, comer o pão que com dores granjeaste, fazer planos e mais planos, porque sem mim nada podeis fazer". Eu coloquei esse cartão no bolso dele.

Mas ele esperou. De uma forma politicamente errada, com maldade, até o último instante, deixando o povo sofrer, para lançar o plano no momento da eleição. Essa idéia não é minha, eu seria um burro, se isso dissesse, todo o Brasil sabia disso. Eu seria um burro de evocar que essa idéia foi minha. Todo o Brasil sabia disso, no entanto, esse homem agarra-se a isso e mente para a Nação: diz que não há inflação. Vejam o caso dos automóveis, quando ele assumiu a Presidência, um carro popular custava em torno de R\$7.000,00; um Gol 1.000, hoje, está custando quanto? Quase que dobrou de preço.

A perpetuação da iniquidade, eu anotei, embora se propague constantemente que o pobre passou a ter mais condições para comprar, eu diria para sobreviver ... Porque no Brasil, na verdade, emprego é escravidão, e isso é uma corrupção que tem de acabar, essa situação tem de ser extirpada da vida da população brasileira. Eu acho que brasileiro nenhum tem condição de julgar quem quer que seja. Ele tem de, primeiro, olhar para dentro de si próprio, porque o que os empresários fazem na verdade é uma demonstração perversa de corrupção de sentimento. Empregado no Brasil é escravo, é pior do que escravo. Fui jantar recentemente numa churrascaria - e era mais de meia-noite -, chegando de viagem, e ali estava um moço que sempre vejo, que ali trabalha, é gerente, e eu perguntei quanto ele ganhava e disse: você está trabalhando domingo, também? Eu estava chegando de Sabinópolis. Ele disse: "Aqui eu folgo um dia por semana, Deputado". Eu falei: quanto é que você ganha por mês? Ele disse, R\$415,00 ou R\$430,00. Vocês sabem quanto é o lucro que uma churrascaria dessas dá por mês, líquido? Por que ele não diminui o lucro? Dá mais de R\$50.000,00 líquido. Passa para R\$30.000,00, para R\$40.000,00.

Essa corrupção do povo brasileiro é totalmente demonstrada no nosso Presidente, que, infelizmente, não tem sentimentos. Chegou a hora, meus irmãos, de um homem que se demonstra compromissado com as empreiteiras, de um homem que não é pela transparência - se não andarmos na luz não podemos ter comunhão uns com os outros, e não se conserta uma nação escura, nas trevas -, de um homem que não tem o menor interesse em que se apure as denúncias, que, num acordo com Paulo Salim Maluf, rompe compromissos do seu próprio partido, que deixa "virar pizza" uma CPI, e deixa o tempo encobrir um assunto que precisava ser apurado naquele momento, até para esclarecer a Nação brasileira.

Minas Gerais é conhecida como o Estado da Inconfidência, o Estado vocacionado para tomar, para retomar e para mudar. Acho que está chegando a hora de Minas, mais uma vez, colocar o Brasil nos eixos. Acreditamos que a política mineira, muitas vezes estudada, mas nunca compreendida pelos seus movimentos, pelas suas nuances próprias, há de resgatar para o Brasil a dignidade e a confiança nos homens públicos. Pelo menos no que tange ao Executivo. Pelo menos Itamar, ao sair da Presidência, estava com 83% de aprovação. Nem estou dizendo que Itamar será o Presidente, mas há outro? O momento, meus companheiros, Srs. Deputados, é um momento de expectativa, mas também é um momento de esperança; esperança de que o Brasil entre pelos caminhos do progresso, da abertura, como aquela que propôs o então Presidente Fernando Collor de Melo, não como estava fazendo nem como o atual Presidente faz, mas dando condição aos microempresários, às pequenas empresas de competirem, acabando com esses impostos, dando condição aos brasileiros de, aqui, nessas terras melhores do que as do Primeiro Mundo, usufruírem da justiça de povos de países do Primeiro Mundo. Acreditamos até que a experiência que teve o Presidente Itamar lá fora, em países do Primeiro Mundo, como nosso representante nos Estados Unidos, deve ter-lhe dado bagagem muito maior para resgatar a honra que o Presidente Fernando Henrique Cardoso está pretendendo tirar do povo. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros das galerias, amigos que acompanham o trabalho desta Casa pela TV do Legislativo, a qual tive a oportunidade de criar, levando, assim, a Assembléia Legislativa para a casa de cada um. Sou favorável ao requerimento em que o Deputado Geraldo Nascimento pede informações à CEMIG sobre o último reajuste de suas tarifas. Acho que temos que pedir informações, mas acho que é uma perda de tempo. Sr. Presidente, infelizmente o Governo

do Estado não vem respondendo nada a esta Casa. O Líder do Governo, que aqui está, não traz nenhuma resposta do Governo do Estado aos Deputados. Há 90 dias eu pedia, neste Plenário, esclarecimentos sobre o contrato firmado entre o Governo do Estado e a Racimec e a Loteria Mineira para implantação das máquinas eletrônicas em Minas Gerais. Para surpresa minha, até agora não recebi uma resposta. Então, não adianta chegarmos aqui e pedirmos esclarecimentos ao Governo do Estado, porque infelizmente essas informações não chegam a esta Casa, não chegam aos Deputados. E desta tribuna posso afirmar aos senhores que se não mandaram ainda o contrato da Racimec com o Governo do Estado é porque existe falcatrua. Esse contrato não está sendo cumprido, e a denúncia que faço agora é séria e grave, porque a Racimec hoje deve ao Governo do Estado de Minas Gerais, e o Governo está colocando pano quente. Já pedi ao Presidente da Loteria Mineira, já conversei pessoalmente com o Governador Eduardo Azeredo, e esse contrato já era para ter sido enviado a esta Casa para análise dos Deputados, a fim de verificarmos o que está acontecendo realmente.

Outro pedido da Bancada do Partido Democrático Trabalhista foi com relação à exoneração da Dr<sup>a</sup> Vânia Lúcia Jacob da Colônia Padre Damião, na cidade de Ubá. A Bancada do PDT, juntamente com os companheiros do PMDB nesta Casa, pergunta por que se exonera uma funcionária que conseguiu seu cargo por eleição, e até hoje nada. Mais uma vez desta tribuna repito: sabem por que, Srs. Deputados, foi exonerada a Dr<sup>a</sup>. Vânia Lúcia Jacob? Ela continuaria no cargo se não tivesse o sobrenome Jacob. Muito obrigado.

## 299ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 24/9/97

A Deputada Maria Olívia \*- Sr. Presidente; Srs. Deputados; Dr<sup>a</sup> Nilce Maria Silva Torres; representando a Sr<sup>a</sup> Heloísa Azeredo; Sr<sup>a</sup> Sheila dos Mares Guia, esposa do nosso Vice-Governador; senhoras e senhores; voluntários do Núcleo do Câncer de Lagoa da Prata; no dia 13/8/77, em Lagoa da Prata, reuniram-se diversas pessoas para discutir e estabelecer estratégias a fim de auxiliar pessoas carentes portadoras de câncer. Quem convocou a reunião foi o saudoso médico local, Dr. Carlos Bernardes de Castro, acompanhado de sua esposa, D. Nilza Santos de Castro. Compareceram diversas pessoas de Lagoa da Prata; peço vênias para mencionar os nomes e desculpas por algum esquecimento: Alonso Antônio de Castro, Irmã Josina, D. Chiquita Perillo, D. Catarina Rodarte, Lourdes Dôco, Maria do Carmo, Lucy Dôco, Leila Lobato, Dagmar Amaral e Viviane Bernardes Perillo. Nascia o Núcleo dos Voluntários, depois rebatizado de Núcleo do Câncer de Lagoa da Prata. A primeira diretoria foi tirada entre os presentes, e o Dr. Carlos Bernardes de Castro ficou sendo o médico voluntário. Irmã Josina, a primeira Presidente, teve de afastar-se para fazer estágio no Hospital Mário Penna, e assumiu a Presidência a Sra. Chiquita Perillo, que, até hoje, trabalha ininterruptamente pelo Núcleo. São 20 anos de dedicação exclusiva.

Abro parênteses para falar um pouco sobre D. Chiquita. Eu a conheço desde criança, pois éramos vizinhas. Lembro-me da sua beleza e da sua maior virtude: a caridade. A sua casa sempre esteve aberta para os pobres. Lá era ponto de referência para o café, o remédio, o conforto espiritual.

Lalau, uma figura folclórica da cidade, anão, surdo e deficiente mental, ia todos os dias à casa de D. Chiquita para que ela lhe limpasse os olhos, vítima que era de um problema crônico na vista.

Aprendi a admirá-la, a respeitá-la e, sobretudo, a amá-la. Essa mulher forte e digna, há 20 anos, vem dedicando a vida ao trabalho com os cancerosos, diminuindo-lhes a dor, dando-lhes conforto e carinho, encaminhando-os para tratamento, alegrando-se com a sua recuperação e acompanhando-os à última morada, quando o terrível mal vence a luta árdua pela cura. Emociono-me ao falar dessas abnegadas senhoras, que, diuturnamente, estão empenhadas no afã de salvar vidas. São 16 as voluntárias que participam, hoje, das reuniões mensais, para planejamento de atividades; elas encaminham enfermos para tratamento; fazem campanhas de prevenção da doença; visitam diariamente os doentes; visitam os hospitais; transportam os enfermos para os hospitais do município e para outras cidades; dão assistência, medicamentos, cestas básicas, roupas, agasalhos, levantam fundos. Que bom seria se outras cidades mineiras seguissem o bom exemplo do Núcleo do Câncer de Lagoa da Prata e criassem, também, núcleos assistenciais para os cancerosos. Assim, muita gente que hoje está desanimada e sem esperança voltaria a sorrir e a acreditar na vida e na saúde.

Importante é mencionar o Hospital Mário Penna, ponto de apoio para onde convergem todas as ações do Núcleo. Sem ele, de nada adiantariam o esforço e a dedicação dessas bravas senhoras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, fiz questão de fazer este pronunciamento para enaltecer obra tão meritória e para servir de preâmbulo a um convite: estão expostos, no Espaço Cultural desta Casa, trabalhos de tricô, crochê, bordados, pintura em tecido e outros, que, se adquiridos, a renda auferida servirá para dar continuidade às ações do Núcleo. São peças feitas por pessoas da minha cidade, senhoras que contribuem para a perenização da entidade. Convido todos os presentes a ir ao Espaço Cultural e aquilatar a qualidade do artesanato ali exposto. Agradeço a atenção que dispensarem às expositoras. Ajude a salvar um canceroso! Muito obrigada.

\* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Ibrahim Jacob - Lê requerimento em que solicita seja encaminhado ofício ao Presidente da TELEMIG, pedindo informações detalhadas sobre as verbas e os recursos aplicados em Ubá, de janeiro a dezembro de 1996 e em 1997, mês a mês, quando a TELEMIG investiu em diversas promoções, shows, festejos, bailes, viagens, concursos, fugindo a suas precípuas finalidades, e que as informações solicitadas sejam remetidas a esta Casa, no prazo de 15 dias.

A justificação é a que se segue.

O requerimento em tela se justifica em face do grande número de eventos que foram patrocinados pela TELEMIG no ano de 1996 e já no primeiro semestre de 1997, no Município de Ubá, causando estranheza à comunidade local, em razão da novidade do fato, que culmina por mostrar-se desvirtuador da natureza própria daquela empresa prestadora de serviços.

A TELEMIG, conforme estabelece o seu estatuto social, é uma companhia aberta, de capital autorizado, controlada pela Telecomunicações Brasileiras S.A. e vinculada ao Ministério das Comunicações. Tem por objeto a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas. Como vemos, explicitada está a sua natureza de prestadora de serviços na área de telecomunicações, o que em nada se coaduna com a imagem de si mesma que a empresa vem projetando na comunidade ubaense, com reflexo em toda a comunidade mineira, ao adotar conduta de entidade mormente voltada para o patrocínio de eventos de natureza puramente social e, quiçá, com objetivos políticos.

Nesse ponto, é oportuno ressaltar que, embora se trate de empresa vinculada ao Ministério das Comunicações, que é um órgão federal, não deve este parlamento silenciar-se diante do inusitado dos gastos da TELEMIG no patrocínio de festejos, bailes e outros eventos promovidos no âmbito do Município mineiro de Ubá. Isso porque fiscalizar é o nosso dever. E os recursos aplicados nesses gastos extravagantes, com certeza, tiveram a sua origem no pagamento das contas efetuado pelos consumidores mineiros.

Dessa forma, pelo inusitado das despesas assumidas pela TELEMIG no projeto, de janeiro a dezembro de 1996, bem como no início de 1997 até hoje, gostaríamos de apreciar, através de discriminação mês a mês, a localização de cada um desses investimentos.

Constatou-se ainda que o Presidente da TELEMIG tem viajado freqüentemente ao exterior. Em relação a essas viagens, seria necessário conhecer seus objetivos: se foram feitas com ou sem comitiva, se houve acompanhamento ou não de diretores e técnicos, se foram do interesse da empresa ou se foram lesivas ao contribuinte.

Assim, em face do exposto, fica evidenciada a importância da remessa a esta Casa das informações solicitadas, como forma de esclarecer a este parlamento e à opinião pública mineira sobre o valor aplicado pela empresa na promoção de cada um dos eventos realizados em Ubá no período assinalado, bem como na instalação de telefones no âmbito da microrregião de Ubá e nas cidades-satélites.

Pelo exposto e confiante na justiça da proposição ora encaminhada, conto com o apoio dos nobres pares nesta Assembléia para a sua aprovação. Muito obrigado.

## 300ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

O Deputado Paulo Schettino\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, pessoas presentes nas galerias, venho a esta tribuna para registrar minha grande satisfação ao tomar conhecimento de que as Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira desta Casa aprovaram pareceres favoráveis ao Projeto de Lei nº 1.326/97, do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, que objetiva autorizar a CODEURB a doar à COHAB-MG terreno localizado no Município de Santa Luzia, a ser utilizado para construção de casas destinadas a policiais civis e militares, remetendo-o ao Plenário para ser submetido a votação em 2º turno.

O Governador Eduardo Azeredo, demonstrando mais uma vez sua sensibilidade e visão política, na melhor acepção do termo, acolhe antiga reivindicação das associações de classes das Polícias Civil e Militar.

Afirma Sua Excelência ao encaminhar o projeto a esta Assembléia Legislativa que se trata de providência de inegável interesse público e alto sentido social, razão pela qual solicito seja a matéria apreciada em regime de urgência.

Estamos de pleno acordo com a justificação da mensagem governamental e com a requerida urgência para a tramitação do projeto, valendo-nos desta oportunidade para rogar aos nossos ilustres pares seu apoio unânime à rápida aprovação da proposição.

Creio poder ser o intérprete do profundo reconhecimento dos policiais civis e militares e de seus dignos familiares ao Governador Eduardo Azeredo por esse ato magnânimo. Mas, por elementar dever de justiça, não se pode deixar de louvar, no âmbito da Polícia Civil, a atuação dos membros das diretorias de suas associações de classe, com maior destaque para o incansável trabalho empreendido por Zazá Schettino, Presidente da Associação dos Escrivães, e José de Souza Lacerda, Presidente da Associação dos Servidores da Polícia Civil do Estado, na consecução desse objetivo, agora coroado de pleno êxito. Foram mais de dez anos na busca desse ideal, percorrendo caminhos difíceis e penosos, entremendo momentos de expectativas positivas e dolorosas decepções.

Indicava-se terreno que se prestava à finalidade pretendida, e, após meses e até anos de enfrentamento dos entraves burocráticos, o resultado era mais uma dolorosa frustração. Ao longo desse tempo, reiteradamente isso ocorreu, sem, no entanto, se deixarem abater pelo desânimo aqueles verdadeiros pugnadores do bom combate, a que se refere a Sagrada Escritura.

Presto este testemunho com absoluto conhecimento de causa, pois vivenciei essa situação, dia a dia, e também dela participei, pessoalmente, inclusive em audiências com o Sr. Governador, apelando em prol de uma solução favorável àquela justa postulação.

Impõe-se, finalmente, que se consigne a importante e decisiva atuação do Secretário da Segurança Pública, Delegado Santos Moreira da Silva, e do alto comando da Polícia Militar, mercê de extraordinário empenho em superar eventuais dificuldades de ordem administrativa e burocrática, possibilitando ver realizado o louvável intento do Sr. Governador.

Desejo prevalecer-me, ainda, no tempo que me resta, Sr. Presidente, para trazer ao conhecimento de meus eminentes colegas Deputados que estou apresentando, através da digna Mesa que dirige nossos trabalhos, um requerimento ao Governador Eduardo Azeredo solicitando que Sua Excelência, sempre atento às legítimas aspirações das comunidades mineiras, autorize a destinação de dois veículos específicos para atendimento adequado do Corpo de Bombeiros da cidade de São Lourenço.

É importante esclarecer que o povo daquele município, em louvável iniciativa de seu Conselho Comunitário de Segurança, dedicadamente presidido por José Hortêncio Vieira, a quem rendo minhas homenagens por seu alto espírito público, assumiu a decisão de arcar com todos os ônus da construção de um prédio de 2 pavimentos, com cerca de 640m<sup>2</sup> de área útil, onde estará sendo instalado o quartel do Corpo de Bombeiros, em fase de acabamento.

A mencionada unidade de socorro atenderá 24 cidades da região, com grande densidade populacional, atualmente carentes de segurança, sobretudo dos trabalhos de busca, salvamento e prevenção de sinistros, cumprindo acentuar que são frequentes os afogamentos nos rios que ali correm, além da ocorrência de enchentes próprias do perfil montanhoso da região, e de incêndios nas matas, ocasionando transtornos ecológicos.

Frise-se que, instalado e contando com as viaturas requeridas, o Corpo de Bombeiros de São Lourenço terá condições de prestar relevantes serviços às principais cidades do Circuito das Águas (à própria São Lourenço, Lambari, Caxambu, Baependi) e a outras que integram esse importante pólo turístico, em que estão situados mais de 50 hotéis e onde se verifica um dos maiores índices de construção vertical em todo o Estado, impondo-se, por isso mesmo, a adoção das providências que possibilitem o cuidado especial do resguardo da integridade dos moradores desses autênticos espigões.

Tenho absoluta convicção de que o digno Governador Eduardo Azeredo compreenderá a gravidade da situação, atendendo a presente reivindicação daquela gente ordeira e de tão elevado sentimento comunitário.

Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, gostaríamos de registrar as conclusões do I Fórum Nacional de Debates sobre o Poder Judiciário, realizado pelo Superior Tribunal de Justiça no período de 11 a 13/6/97, em Brasília, encaminhadas a este Deputado por meio do Ofício nº 443/97, do Presidente do Tribunal de Alçada de Minas Gerais, Dr. Joaquim Herculano Rodrigues. Nesse fórum, a questão da unificação da 2ª instância foi um dos pontos centrais. Por essa razão, vamos insistir na justeza dos princípios da Proposta de Emenda à Constituição nº 28/96, que foi derrotada na noite de terça-feira nesta Casa, obtendo 42 votos, quando precisava de 48.

Na noite de ontem, reapresentamos a matéria de forma separada. Reapresentamos a extinção do Tribunal de Justiça Militar, sobre a qual já discorremos de forma exaustiva nesta tribuna. No próximo ano, logo no início dos trabalhos, no mês de fevereiro, vamos reapresentar a unificação do Tribunal de Justiça com o Tribunal de Alçada. Não o fizemos agora porque a Constituição do Estado impede que se apresente na mesma sessão legislativa proposta de emenda à Constituição que tenha sido derrotada. No caso do Tribunal de Justiça Militar, compreendemos que a Proposta de Emenda à Constituição nº 28/96 falava em fusão da 2ª instância, enquanto agora estamos propondo a extinção pura e simples do Tribunal de Justiça Militar. No próximo ano, vamos continuar buscando a fusão dos dois tribunais.

Passo a ler o item 4 do relatório do fórum, a respeito da questão da alçada: "Necessidade de unificação dos Tribunais de Alçada com os Tribunais de Justiça, em face dos seguintes argumentos principais:

a) simplificação do 2º grau de jurisdição com o fim de indesejáveis dúvidas de competência, que retardam a solução dos feitos".

Ao apresentarmos a Proposta de Emenda à Constituição nº 28/96, insistimos nessa realidade, que era a maior agilidade na prestação jurisdicional, e, no seminário promovido pelo Superior Tribunal de Justiça, esse é o principal item que justifica a unificação dos tribunais.

A letra "b" do mesmo item diz: "na realidade atual dos Tribunais de Alçada, com a sua competência enormemente ampliada, inexistente qualquer distinção de ordem técnica entre estes e os Tribunais de Justiça, sendo até impossível justificar o que antologicamente diferencia uns dos outros." E é o que dizíamos aqui: se hoje existem setores no Tribunal de Justiça que são contra a unificação com o Tribunal de Alçada é porque se sentem como no Olimpo, como se fossem deuses ou semideuses, e não querem partilhar esse poder com uma parcela maior do próprio Poder Judiciário. E mais ainda, hoje o distanciamento do Judiciário, principalmente do Tribunal de Justiça, é enorme em relação ao cidadão comum. Então, fica realmente como o Olimpo. Não se justifica a separação daquilo que, antologicamente, já tem as mesmas funções, já está com as funções unificadas.

"c) os julgados de ambos têm mesmo valor e eficácia, sendo as mesmas as suas instâncias revisoras; d) a unificação permitiria a instituição de turmas ou câmaras especializadas, em benefício da celeridade processual."

É bom que tenhamos claro o seguinte: na Constituição Estadual se fala na existência de uma câmara que preferencialmente julgaria questões agrárias, e isso até hoje não foi instalado. Apresentamos requerimento ao ex-Presidente do Tribunal de Justiça para que, nos moldes do Rio Grande do Sul, se crie uma câmara criminal no Tribunal de Justiça para julgar preferencialmente casos de improbidade administrativa. Vemos que muitas denúncias contra Deputados e Prefeitos não tramitam em tempo cêlere e, quando é o caso de devolução, de ressarcimento ou mesmo de punição, vemos que o próprio feito já se extinguiu. A estrutura do Tribunal de Justiça não permite essa criação de câmaras especializadas, só um novo tribunal unificado - Justiça e Alçada - permitiria que isso fosse realizado.

"e) haveria informatização unificada e unidade administrativa, com grande economia nos custos operacionais." São os mesmos argumentos, Srs. Deputados, que usamos nesta Casa. Essa unificação iria reduzir os custos e os gastos para o Estado. Infelizmente, talvez os Srs. Deputados ou aqueles que defendem a criação de um Tribunal de Contas do Município possam entender que Minas Gerais está no paraíso, tranquilo na sua arrecadação, conseguindo cumprir seus compromissos. É bom que se diga que, até em relação ao repasse do desconto das entidades sindicais de Minas Gerais, o Governo do Estado, na última semana, repassou só 50% do valor. E mesmo tendo descontado dos servidores, não teve recursos para fazer repasse às entidades sindicais. Mesmo esta Casa vive uma crise em função dos estrangulamentos dos repasses promovidos pelo Poder Executivo. No seminário nacional foi levantada a questão da economia na unificação dos dois tribunais.

Esses argumentos, que emanam de um Tribunal Superior com tal seriedade, vão nos levar novamente a apresentar essa emenda. Sabemos que ela tem apoio da Associação dos Magistrados do Brasil - AMB -, da AMAGIS em Minas Gerais e da OAB. Só depende de nós, Srs. Deputados, ter clareza, ter ousadia e não render a pressões ou ameaças que porventura venham de outro Poder. Devemos exercer nossa independência com grandeza, seriedade, pensando naquilo que é fundamental, que é a prestação dos serviços jurisdicionais em Minas Gerais. Por isso, vamos insistir e reapresentar as emendas.

Gostaria de destacar, também, que nesse seminário chegou-se a outra conclusão, que é a criação de penitenciárias regionais e industriais, usando o modelo da experiência hoje, no Paraná, onde os presídios não possuem mais de 250 detentos, as cidades-pólo do Estado são priorizadas, onde são determinados 12.000m<sup>2</sup> com não mais de 6.000m<sup>2</sup> de área construída, e é permitido aos presos em regime fechado o acompanhamento criminológico, psicológico e também uma atividade laboral. Quero deixar registrado, em função da CPI do sistema carcerário, que uma das teses que defendemos, no final da CPI, está também contida no seminário promovido pelo Superior Tribunal de Justiça, que fala da necessidade do trabalho, da orientação, do espaço físico e da geração de emprego para que o preso possa se ressocializar. Vamos tentar, na próxima semana, instalar a comissão de extinção do Tribunal de Justiça Militar e, a partir de fevereiro, estaremos novamente ocupando esta tribuna para defender a unificação do Tribunal de Alçada com o de Justiça, porque, dessa forma, vamos estar democratizando a justiça, agilizando-a e propiciando uma justiça mais econômica para o cidadão.

Finalmente, gostaria de fazer uma denúncia. Hoje, em Contagem, o "trator" que está querendo voltar para o Governo do Estado cometeu mais um crime contra a educação e a democracia no município. Quando esperávamos que o Sr. Newton Cardoso estivesse em festa pela filiação de um Deputado do PSDB, nosso colega, Deputado Arnaldo Canarinho, porque alguém de outro partido estava indo para os seus braços, cometeu mais um crime, demitindo mais três Diretores de escolas, legitimamente eleitos pela comunidade. Já são mais de dez Diretores demitidos. Em Contagem, hoje, a democracia nas escolas, a eleição direta, são balela e conversa fiada. Estamos vivendo um clima de terror na educação do município. A última demissão foi a da professora Sônia, da Escola Municipal Maria de Matos Silveira, da região da Ressaca. A comunidade vai se reunir à noite, protestar, formular recurso ao Poder Judiciário, uma vez que vários Diretores voltaram a exercer seu cargo na escola por força de liminar concedida. É o que queremos dizer; precisamos nos preparar porque, se esse "trator" vier para Minas Gerais, temos que ter a consciência tranquila, não podemos perder a dimensão da história, do que representou, com esse senhor, há oito anos no poder, a perseguição aos movimentos sindicais, a destruição dos serviços públicos, principalmente a educação e a saúde. É isso que queremos denunciar. Precisamos nos preparar para a defesa, para que tal medida não possa acontecer no Governo do Estado.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Poços de Caldas sente-se orgulhosa em contribuir de forma decisiva para as comemorações do centenário de Belo Horizonte.

A noite de segunda-feira, dia 29, será histórica. Belo Horizonte ganhará uma sede do Instituto Moreira Salles, o braço cultural do Unibanco. Trata-se de um novo espaço inteiramente voltado para a arte e cultura, localizado à Av. Afonso Pena, 737, próximo à Praça Sete.

Dessa maneira, duas comemorações se unem para fazer de Minas Gerais um exemplo vivo de respeito às tradições culturais de sua gente para todo o Brasil: os 100 anos de Belo Horizonte e os 73 anos de fundação do Unibanco.

Daí o orgulho de Poços de Caldas: há 73 anos viu nascer o Banco Moreira Salles, atual Unibanco, na rua Assis Figueiredo, esquina com a Prefeito Chagas. Há 73 anos Poços de Caldas vem nutrindo as raízes do Unibanco com a seiva do amor às mais caras tradições de nossa gente.

É com satisfação que Poços de Caldas vê o quanto a seiva dela haurida tem sido retribuída ao povo brasileiro pelo Unibanco, que tem transformado o Instituto Moreira Salles em um dos mais importantes promotores e divulgadores da cultura em nosso País.

Permitam-me, Sras. e Srs. Deputados, relatar-lhes um pouco dessa contribuição do Unibanco, através de seu braço cultural, denominado de Instituto Moreira Salles.

O Instituto Moreira Salles é uma entidade civil, sem fins lucrativos e, graças a projeto de lei de minha autoria, aprovado por unanimidade por esta Casa, reconhecido de utilidade pública pelo Estado. Tem por finalidade exclusiva a promoção e o desenvolvimento de programas culturais, diretamente ou através de instituições por ele administradas, como, por exemplo, os Espaços Unibanco de Cinema.

Uma particularidade o difere das outras instituições culturais privadas: ao invés de praticar o mecenato tradicional, financiando projetos de terceiros, o Instituto Moreira Salles atua em iniciativas que ele próprio concebe e executa. Atualmente possui instalações em Minas Gerais e em São Paulo e já se encontra em fase de execução a extensão de seu circuito cultural no Rio de Janeiro.

A primeira casa de seu circuito cultural, inaugurada em agosto de 1992, foi a Casa de Cultura de Poços de Caldas. Graças à sensibilidade do embaixador Walter Moreira Salles, foi restaurado um imóvel centenário, localizado à Rua Teresópolis, 90 - o Chalé Cristiano Osório e construído, anexo ao Chalé, um moderno centro cultural com mais de 1.000m<sup>2</sup>, de área construída.

Em 5 anos de funcionamento, foram realizados 1.982 eventos culturais em Poços de Caldas, assim distribuídos: 55 exposições, 28 recitais, 1.004 programações estudantis, 377 palestras e cursos, 156 publicações e 362 vídeos. Durante este período - de 7/8/92 a 6/8/97, a Casa de Cultura de Poços de Caldas recebeu um público estudantil de 48 mil alunos e um público total de 120 mil pessoas. São números altamente expressivos para qualquer espaço cultural. Para Poços de Caldas, contudo, a expressão é bem mais significativa, uma vez que a cidade tem apenas 140 mil habitantes.

Em 1996, o Instituto Moreira Salles inaugurou seu espaço cultural em São Paulo. Localizado no Bairro de Higienópolis, à Rua Piauí, a instituição atua em duas frentes predominantes: um centro de recepção de arquivos históricos privados, acervos fotográficos, iconográficos e documentais e animando suas instalações com a realização de exposições, conferências, palestras, cursos e recitais.

Em 1998, será a vez de a cidade do Rio de Janeiro receber o espaço cultural do Instituto Moreira Salles. Serão 2.200m<sup>2</sup> de área construída e 10.500m<sup>2</sup> de área externa e jardins destinados ao público. Localizado no Bairro da Gávea, o novo centro estará resgatando uma construção residencial de 1950, cujo projeto arquitetônico foi de Olavo Redig de Campos e o paisagístico de Burl Marx.

Merecem destaque, ainda, os conhecidos espaços Unibanco de Cinema, que desde 1995 são coordenados pelo Instituto Moreira Salles. São um conjunto de 10 cinemas - com um total de 25 salas de projeção, localizados em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre e que se dedicam à exibição de filmes de alta qualidade, com ênfase para o



cinema brasileiro. Belo Horizonte conta com a maior rede: 5 cinemas, 11 salas de projeção e 1.770 lugares, além de espaços de convivência dotados de cafés, livrarias e áreas para exposições e manifestações culturais.

Segunda-feira, dia 29 de setembro, Belo Horizonte receberá do Instituto Moreira Salles um presente de peso, digno das comemorações de seu centenário e bem ao gosto de sua gente.

O Instituto Moreira Salles virá resgatar, de forma concreta, um espaço muito querido do belo-horizontino. Trata-se de um imóvel tombado pelo patrimônio histórico do município, inaugurado em 1925, com uma área superior a 1.000m<sup>2</sup>, construído para abrigar as dependências do Banco do Brasil e da SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito, atual Banco Central. Mais tarde, o imóvel foi transferido para o Banco do Distrito Federal, com sede no Rio de Janeiro e, desde 1953, foi incorporado pelo Banco Moreira Salles, hoje Unibanco.

O maior mérito desse projeto, contudo, será dotar Belo Horizonte de um espaço cultural junto à Praça Sete, próximo ao "Pirulito" e diretamente voltado para uma área de concentração popular. É, na verdade, uma ação concreta de uma instituição financeira que entrega à população um de seus imóveis para a sua permanente utilização como espaço cultural. Fecha-se uma área dedicada a negócios e abre-se um enorme espaço dedicado à preservação da memória cultural de Belo Horizonte.

Para este ato - o de se fechar uma área de negócios e o de se abrir uma área de resgate cultural - o Unibanco, pelo Instituto Moreira Salles, programou uma seleta de seu acervo cultural, composto por 600 obras de arte. Após o término da exposição, o prédio será fechado para reformas e entregue à população em 1998.

A vernissage da próxima segunda-feira, dia 29, representa, na verdade, a arte sendo mostrada ao povo. É o povo, o cidadão comum, aquele que não dispõe de recursos para frequentar museus e espaços culturais que ganhará uma sala diretamente voltada para a Av. Afonso Pena, via natural de passagem no trajeto de sua casa para o trabalho.

Aqui, Sras. e Srs. Deputados, encontra-se a grande marca deste projeto inovador. A inauguração das futuras instalações do Instituto Moreira Salles será feita com a mostra da Coleção Unibanco, composta de 42 trabalhos de 37 artistas.

A seleta a ser apresentada, e que ficará aberta ao público até o próximo dia 14 de dezembro, pretende oferecer um retrospecto de alguns dos principais movimentos e tendências que marcaram as artes visuais em nosso País, nos últimos 80 anos: do modernismo à abstração informal, do surrealismo à nova figuração e ao concretismo.

O público poderá ver obras de vários artistas, entre eles as de Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Guignard, Ismael Nery, Cardosinho, Heitor dos Prazeres, Portinari, Di Cavalcanti, Lasar Segall, Iberê Camargo, Luiz Paulo Bavarelli, Fernando Veloso e Amílcar de Castro.

Convido, portanto, as Sras. e os Srs. Deputados para comparecerem às 20 horas, da próxima segunda-feira, dia 29, à Av. Afonso Pena, 737, a fim de que possam ver de perto a arte voltada para o povo.

Por um dever de justiça, Sras. e Srs. Deputados, e por conhecer bem de perto o trabalho realizado pela equipe do Instituto Moreira Salles, presto neste momento uma homenagem às pessoas que contribuíram de forma decisiva para transformar o Instituto Moreira Salles em uma instituição do povo. A cada dia que passa, percebe-se com maior clareza o quanto o trabalho realizado pelo Instituto Moreira Salles vem possibilitando ao Brasil redescobrir sua história, encontrar seu lugar cultural e se projetar, no futuro, como um País vocacionado a dedicar à área de cultura o espaço que lhe é devido, como o fazem as grandes nações do mundo.

Quero neste momento homenagear todos os diretores e funcionários do Instituto Moreira Salles. Especialmente, tomo a liberdade de nominar três deles, em nome dos quais deixo expresso nos anais desta Assembléia Legislativa o reconhecimento de seus Deputados pelo esforço realizado em prol de se tornar a cultura mais acessível para o povo.

Refiro-me, em primeiro lugar, ao Embaixador Walter Moreira Salles. Seu tirocinio e sua sensibilidade permitiram que o Unibanco dedicasse uma boa parcela de seus lucros em benefício da população. Ao Dr. Antônio Fernando de Franceschi, responsável direto pela superintendência do Instituto e que, com a pertinácia própria dos construtores de ideais, vem resgatando pedaços de nossa história por este Brasil imenso. À arquiteta, Jais Ferreira de Souza, que foi a realizadora da restauração do chalé Cristiano Osório, que possibilitou a Poços de Caldas ser mais bonita e fixar presença no calendário cultural do País e com a maestria dos grandes sonhadores coordena a nossa tão querida Casa da Cultura.

Nesta hora, Sr. Presidente, encaminho-lhe o requerimento que objetiva fazer com que esta Casa apresente os cumprimentos do povo de Minas à direção do Instituto Moreira Salles, pelos relevantes serviços prestados à causa cultural de nossa gente. Muito obrigado.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz, Srs. Deputados, meus senhores e minhas senhoras, com o propósito de enviar este pronunciamento aos Presidentes da República e do Congresso, subo a esta tribuna para abordar assunto que julgo da maior importância nesse momento que estamos vivendo, uma vez que já foi encaminhada ao Presidente da República para ser sancionada a regulamentação da instalação de rádios comunitárias nos municípios do território nacional. Srs. Deputados, meus senhores, minhas senhoras, este assunto pode parecer simples ou desimportante a pessoas que talvez não conheçam ainda a extensão, a profundidade, a largura e o comprimento da importância dele. Srs. Deputados, Sr. Deputado Romeu Queiroz, nosso Presidente, a mais severa forma antidemocrática, a mais severa manifestação de opressão e desrespeito à sabedoria humana, eu diria talvez a mais perversa demonstração de arbitrariedade antidemocrática, é o microfone monopolizado, é o monopólio da palavra em qualquer país de Primeiro Mundo. Aliás, meus senhores, acho que eles chegaram à condição de Primeiro Mundo exatamente porque liberaram aquilo que pode transformar a Nação inteira e as famílias, que é a palavra. Está registrado nas Escrituras Sagradas que a palavra é o maior de todos os poderes existentes, haja vista que o evangelista João começa dizendo: "No princípio era o Verbo. O Verbo estava com Deus. O Verbo era Deus". No princípio, era a palavra. Evidentemente, Deus é a palavra, Deus é Pai, Filho e Espírito Santo. E Ele deu a todos os homens a condição diferente, distinta de todos os outros seres criados por Ele debaixo do sol, que é exatamente o poder da palavra, o poder de comunicar. A nossa comunidade brasileira ou as nossas comunidades municipais, os nossos Estados não têm acesso a ouvir a palavra livre. E só a palavra livre pode trazer conhecimento, progresso e libertação ao homem.

Todos sabem pela Filosofia que toda verdade é paralela. Ou seja, toda verdade pode ser comparada a outra verdade. Imaginem um tribunal do júri, por exemplo, onde um Promotor de Justiça, honesto, sério, veraz, levanta e coloca a sua tese, coloca a verdade para condenar um certo delinqüente e afastá-lo do convívio da sociedade, mostrando o perigo que ele representa em liberdade. Já o advogado de defesa, se também é honesto, veraz, vai, sem usar a mentira, expor a sua verdade paralela, procurando enfatizá-la, de sorte que, por meio da sentença, os jurados cheguem a um veredito mais lógico, mais próximo da verdade absoluta, que é Deus, que é a Justiça.

Agora, imaginem um tribunal do júri em que houvesse apenas o Promotor, a acusação, e ninguém defendesse os interesses da sociedade contra criminosos e crimes. Seria um tribunal totalmente iníquo, injusto, porque estaria esse tribunal, ou os jurados, julgando segundo a verdade apresentada apenas por um advogado, de acusação ou de defesa.

Toda verdade é paralela - e o que acontece em nosso País? O monopólio das emissoras de rádio, adquiridas mediante concessão - afirmo desta tribuna -, muitas delas por meio de formas injustas, iníquas. Lembro-me de que, há alguns anos, uma pessoa chegou em nosso gabinete, um Coronel, juntamente com outra pessoa de nossa terra, oferecendo-nos a liberação de emissoras de rádio mediante o pagamento de R\$40.000,00 ou R\$70.000,00, parece-me. Logo vi que era uma picaretagem, mandei-os embora, expulsei-os. Todos sabemos que a concessão de emissoras de rádio pelo Congresso Nacional foi denunciada, e ficou provado que isso passa por uma Comissão que libera essas concessões de rádio mediante propinas. Isso já foi denunciado muitas vezes, e muitas emissoras de rádio estão por aí, monopolizando a comunicação em suas cidades e não permitindo que outras exponham suas idéias - e, talvez, tenham sido essas adquiridas de modo ilícito.

Desta tribuna, quero falar ao Juiz de Direito e àqueles que estão se levantando para fechar as rádios e cassarem as liminares que mantêm as emissoras de rádio comunitárias abertas. Digo que isso é uma demonstração de ausência de reflexão democrática.

O Brasil é signatário da Carta de Costa Rica, assinada em 1992. Por ela, se pode gozar dos benefícios de um país que entra na competição globalizada; toda transmissão de até 25W ou 250W é livre, porque é transmissão para determinada comunidade apenas.

Ah, quem dera tivéssemos milhares e milhares pelo Estado inteiro! Ah, quem dera tivéssemos em nossa cidade de Januária dez emissoras, porque cada comunidade, cada associação, cada fundação, cada bairro dirigiria a sua mensagem apropriada, e o ouvinte, o consumidor, o povo teria muito mais opção para ouvir o que quisesse, não se exporia a verdades ditas absolutas, nem se exporia a idéias que tantas vezes escrivizam, enganam e não são combatidas porque os opositores não têm acesso à palavra nas emissoras.

Queira Deus que o Sr. Presidente da República, que tantas vezes tem enristecido o povo brasileiro, pois não vimos a realização de nenhuma das cinco obras prometidas por ele quando candidato, não venha mais uma vez decepcionar, porque há quem pense que, pelo menos, ele é um intelectual, foi professor de nível universitário. Não venha também enganar a Nação brasileira mostrando o que não é, pois, tendo oportunidade de sancionar a liberação da democracia, a exposição das idéias, a quebra do monopólio da palavra, proíbe-a. Essa é forma severa de exercício da arbitrariedade. Quem pode fazer e não faz é, no mínimo, uma pessoa que não é sábia. Existem tantos que estão comprometidos com aqueles que detêm o poder de forma também perversa, iníqua, enganosa, e que não querem se expor a outras verdades. Por isso lutam para que não haja liberdade de propagação de idéias por meio das emissoras de rádio.

Estamos experimentando em nosso País, ou experimentamos durante alguns meses em diversos municípios, em nossas cidades, uma coisa nova: ouvir outras exposições, idéias diferentes. A oposição é necessária. Aliás, esse é o princípio básico do equilíbrio. Sempre haverá situação e oposição, oposição e situação ou uma oposição não sistemática, não cega, mas concisa, visando principalmente a aperfeiçoar, a consertar os erros da situação.

Precisamos tantas vezes considerar as nossas próprias convicções, perguntar a nós mesmos, questionar a nossa própria atitude, o nosso próprio pensamento para descobrirmos que estamos errados. Isso é necessário. Imaginem só cidades e regiões inteiras que têm apenas uma emissora de rádio AM ou FM que pertence a um político ou a um homem perverso. Há pessoas perversas que têm nas mãos a maior arma que Deus deu aos homens, só que, no caso delas, para ser usada de forma injusta, iníqua e para perpetuar um governo que não é legítimo, porque um governo legítimo é aquele que não teme a palavra. Antes, pelo contrário, até sente-se bem quando tem que enfrentar a oposição, porque ela termina aperfeiçoando suas idéias, seus projetos.

Sociedades inteiras no Brasil, municípios inteiros não encontram condições de crescer. Precisamos de escolas, de indústrias, de agroindústrias, de educação, de cultura, de lazer. As idéias, às vezes, não vêm à tona porque as pessoas que as têm não podem usar a palavra, pois não têm uma tribuna e muito menos microfone de uma emissora de rádio. Poderiam, diferentemente do que era o Brasil anterior, transformar, sim, a sociedade brasileira inteira a partir do momento em que tivessem liberdade de acesso a uma rádio, a um microfone, para comunicar suas idéias, para fazer oposição ou mostrar o que é certo ou o que é errado no seu ponto de vista. Já na antiga Grécia havia a tribuna do povo. Temos hoje os Poderes. Um Deputado gosta do privilégio de ter uma tribuna para falar e um canal de televisão, ainda que a cabo, que chegue aos lares também. Aqueles que têm acesso aos canais de televisão a cabo podem ver que hoje tiveram contato com outros conhecimentos e que verdades foram comparadas à verdade absoluta, que é Deus, porque tiveram acesso à comunicação.

Srs. Deputados, não é possível que o Presidente da República ou que o Congresso não fiquem sensíveis ao clamor do povo brasileiro, ao clamor daqueles que conhecem a liberdade, sobretudo a liberdade que nos dão a palavra e a verdade. Buscam agora a liberdade e o cumprimento da Carta assinada pelo Brasil, que libera a transmissão, a veiculação da palavra ou do microfone em até 25 ou 250W. Essa é responsabilidade de uma Nação séria e de um governo que, no mínimo, cumpre aquilo que prometeu. Somos plenamente pela liberdade, pela democracia pura e, conseqüentemente, pela liberdade da difusão livre das rádios comunitárias. Muito obrigado.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos encaminhar favoravelmente o Projeto de Lei nº 991/96, do Deputado Hely Tarquínio. Permitam-me V. Exas. que lhes tomemos o precioso tempo encaminhando esse projeto, que foi discutido na manhã de hoje, aqui, pelo seu autor, Deputado Hely Tarquínio, colega que possui brilho, inteligência e cultura que se irradiam suavemente da sua humildade. O Deputado Hely Tarquínio, ao encerrar a discussão desse projeto nesta tribuna, foi fervorosamente aplaudido pelo Plenário, que não deu "quorum" para votação, mas propiciou esses aplausos fervorosos.

Queríamos encaminhar o projeto porque gostaríamos, como adeptos dos cultores da língua portuguesa, que também ficasse registrado nos anais da Assembléia Legislativa de Minas Gerais nosso posicionamento sobre a língua portuguesa. Há poucos dias, numa reunião da nossa Comissão de Educação, estava presente um Diretor de uma empresa estadual de turismo, que, durante a sua exposição, freqüentemente se referia a um determinado plano de sua instituição como "master plan". Ao final de sua fala, elogiamos a sua exposição perante a nossa Comissão, todas as suas qualidades, sua empolgação, a sua simpatia pessoal, mas fizemos um reparo usando o Projeto de Lei nº 991/96 que já tinha sido aprovado em nossa Comissão e encaminhado ao Plenário. Dizíamos ao expositor, naquela oportunidade, que ele teria de adequar a sua fala, porque, aprovado em Plenário, o projeto de valorização da língua portuguesa, impediria que o mundo oficial do Estado de Minas Gerais passasse a usar em seus documentos expressões como "master plan".

Queremos dizer, da mesma maneira que o Deputado Hely Tarquínio, sem xenofobia e chauvinismo exagerados, porque o chauvinismo já implica nacionalismo, ao passo que xenofobia é uma aversão ao estrangeirismo. É com um certo chauvinismo, mas sem xenofobia, que aplaudimos o projeto que está em votação no 2º turno. Na verdade, ele vai colocar, pelo menos na linguagem pública de Minas Gerais, a nossa língua no seu verdadeiro lugar. A nossa língua portuguesa, muito decantada pelo poeta, que a ela se referiu como "a última flor do Lácio, inculta e bela". E ela também, como diz o autor desse projeto, Deputado Hely Tarquínio, vem sendo vítima de exploração e espoliação cultural.

Não somos contrários à incorporação de estrangeirismos à língua portuguesa, porque eles são salutares e saudáveis ao crescimento e ao engrandecimento da nossa língua. Ele mesmo, na sua discussão, cita muitas palavras incorporadas ao longo do tempo,

que realmente engordaram os dicionários de verbetes da língua portuguesa. Hoje, quando ligamos a televisão e sintonizamos na TV a cabo, vemos o "HBO", quando ligamos na estação de rádio ouvimos o "DJ" João Silva. Quando dobramos a esquina, vemos propaganda do "Big Mac", da "drugstore" e das roupas "jeans". O ponto de encontro não é mais apenas o ponto de encontro, é o "point". Na linguagem de informática temos ainda o "site", e podemos fazer uma alimentação rápida no "fast food". Realmente, hoje estamos tomados pela língua inglesa e, sem xenofobia, queríamos que esse projeto - que deve ser aprovado, em 2º turno -, agora, resgate o sentimento de muitos brasileiros, aqui personificados pelo autor do projeto, Deputado Hely Tarquínio, a quem queríamos parabenizar. Quando votamos favoravelmente, queremos dizer que estamos incorporados nesse movimento de defesa e de resgate da língua portuguesa, a última flor do Lácio, decantada pelo poeta. Muito obrigado.

#### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 29/9/97, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.123 e 1.266, de 1995, 1.397, 1.409, 1.427, 1.431, 1.437, 1.448, 1.451, 1.464, 1.482, 1.483, 1.484 e 1.485, de 1997, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Arnaldo Canarinho

exonerando Ana Paula de Figueiredo do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10;

nomeando Ana Paula de Figueiredo para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13.

Gabinete do Deputado Carlos Pimenta

exonerando, a partir de 1º/10/97, Marcos Aurélio Nunes Silva do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18;

nomeando Bernardo dos Reis e Silva Wanner para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18.

Gabinete do Deputado Dinis Pinheiro

exonerando Wadson Viana Almeida do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Divaldo Lopes Martins para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05.

Gabinete do Deputado Durval Ângelo

exonerando, a partir de 1º/10/97, Jacqueline Augusta de Castro Braga do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13;

exonerando, a partir de 1º/10/97, Rodolfo Alexandre Cascão Inácio do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39;

nomeando Jacqueline Augusta de Castro Braga para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39;

nomeando Rodolfo Alexandre Cascão Inácio para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13.

Gabinete do Deputado Geraldo Rezende

exonerando, a partir de 1º/10/97, Antônio Fernando Guimarães do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13;

exonerando, a partir de 1º/10/97, Nivaldo Almeida Ferreira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10.

Gabinete do Deputado Gilmar Machado

exonerando, a partir de 1º/10/97, Lúcia Mara da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13;

nomeando Palowa Maria de Assis Mendes e Faria para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13.

Gabinete do Deputado Olinto Godinho

exonerando, a partir de 1º/10/97, Célia Márcia Santos de Carvalho do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

exonerando, a partir de 1º/10/97, Claudete Maria de Andrade do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Kariny Pinheiro Godinho para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Nilson Antônio Dias Godinho para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05.

Gabinete do Deputado Paulo Pettersen

exonerando Alceu Moyzes Mattos do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10;

exonerando Divaldo Lopes Martins do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

exonerando Gerônimo Luiz C. Pettersen do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34;

exonerando Júlio César Peron do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34;

exonerando Paulo Sérgio Knupp do cargo de Motorista, padrão AL-10;

nomeando Alceu Moyzes Mattos para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Célia Márcia Santos de Carvalho para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Gerônimo Luiz C. Pettersen para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29;

nomeando Júlio César Peron para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29;

nomeando Paulo Sergio Knupp para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Wadson Viana Almeida para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25.

Gabinete do Deputado Roberto Amaral

exonerando Antônio Franco do Amaral Neto do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10;

exonerando Bruna Freitas Rabelo do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13;

exonerando Eliana Marques da Costa Pantuzo do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34;

exonerando Isnard Orrico Nogueira do cargo Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10;

nomeando Antônio Franco do Amaral Neto para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Daniela Freitas Rabelo para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Eliana Marques da Costa Pantuzo para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10;

nomeando Gilmar Marques Gomes para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Isnard Orrico Nogueira para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando José Maria Jacobi Filho para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29.

#### Gabinete do Deputado Sebastião Costa

exonerando Antônio Carlos Soares Lima do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

exonerando José Luiz Ataíde do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18;

nomeando Antônio Carlos Soares Lima para o cargo de Motorista, padrão AL-10;

nomeando José Luiz Ataíde para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Otacílio Ferreira Lage para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, e 1.429, de 23/4/97, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando, a partir de 1º/10/97, Kariny Pinheiro Godinho do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Olinto Godinho, Vice-Líder do Bloco da Maioria;

exonerando, a partir de 23/9/97, José Máximo Leão do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Olinto Godinho, Vice-Líder do PL;

exonerando, a partir de 19/9/97, Sônia Martins do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Arnaldo Canarinho, Vice-Líder do PSDB;

nomeando José Máximo Leão para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Olinto Godinho, Vice-Líder do Bloco da Maioria.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.134, de 10/9/93, assinou os seguintes atos:

dispensando Antoninho Rodrigues Goulart do cargo em comissão e de recrutamento limitado de Secretário, padrão S-02, código AL-DAS-2-01.

dispensando Felinho Santos Nascimento do cargo em comissão e de recrutamento limitado de Secretário, padrão S-02, código AL-DAS-2-01.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.090, de 29/12/90, 5.132, de 31/5/93, e 5.134, de 10/9/93, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 970, de 14/9/93, 1.225, de 14/6/95, 1.260, de 18/10/95, e 1.390, de 17/2/97, assinou o seguinte ato:

designando Antoninho Rodrigues Goulart para a Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG -, com exercício na Área de Finanças e Contabilidade.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, e nos termos do art. 21 da Resolução nº 5.086, de 31/8/90, c/c o disposto no art. 7º da Resolução nº 5.123, de 4/11/92, assinou o seguinte ato:

nomeando Felinho Santos Nascimento para o cargo em comissão e de recrutamento limitado de Assessor, padrão S-03, código AL-DAS-1-01, com exercício na Diretoria-Geral.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c a Deliberação da Mesa nº 1.481, de 17/9/97, assinou o seguinte ato:

nomeando José Agostinho Lopes para o cargo em comissão e de recrutamento limitado de Coordenador da Coordenação Médica, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria.

#### Termo de Aditamento

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: UNIMED Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. Objeto: serviços médico-hospitalares. Objeto deste termo aditivo: 2ª prorrogação. Vigência: de 4/10/97 a 4/10/98. Assinatura: 17/9/97.

#### Resultado de Julgamento de Licitação

Convite nº 85/97 - Objeto: blocos de concreto celular autoclavado e argamassa - Licitantes vencedoras: Distribuidora Peroba Ltda. (subitens 1.1 e 1.2) e Obradec Materiais de Construção Ltda. (subitem 1.3).

IPLEMG

Aviso de Licitação

Convite nº 26/97 - Objeto: seguro do Edifício Tiradentes - incêndio, tumulto, danos elétricos, resp. civil, etc. Licitante vencedora: Sul América Seguros. Vigência: 16/8/97 a 16/8/98.

Resolução nº 11/97

A Diretoria do Instituto de Previdência do Estado de Minas Gerais - IPLEMG-, no uso de sua competência legal, resolve conceder o benefício de pensão, a partir de 1º/9/97, à viúva Maria Flora Cesar da Costa, nos termos do art. 8º, I, c/c o art. 33, da Lei nº 7.855, de 17/11/80, com proventos correspondentes a 70% de 12/28 (setenta por cento de doze vinte e oito avos) do estipêndio vigente do Deputado Estadual, calculado sobre a efetiva contribuição para o Instituto.

EXTRATO DE CONVÊNIO

[Termos de Convênio que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a concessão de subvenção social e auxílio para despesa de capital

Convênio Nº 00585 - Valor: R\$8.000,00.

Entidade: Associacao Pro-melhoramento Bairro Campo Alegre - Belo Horizonte.

Deputado: Olinto Godinho.

Convênio Nº 00905 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Conselho Popular Defesa Dir. Humanos Moradores B. Felicidade - Belo Horizonte.

Deputado: Marcos Helenio.

Convênio Nº 00927 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Associacao Moradores Bairros Antonio Justino Riguete - Cataguases.

Deputado: Joao Leite.

Convênio Nº 00930 - Valor: R\$2.500,00.

Entidade: Caixa Escolar Eduardo Gripp - Alto Jequitiba.

Deputado: Joao Leite.

Convênio Nº 00947 - Valor: R\$10.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Botumirim - Botumirim.

Deputado: Olinto Godinho.

Convênio Nº 00966 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Creche Comun. Dr. Persio Pereira Pinto - Belo Horizonte.

Deputado: Marcos Helenio.

Convênio Nº 00968 - Valor: R\$10.000,00.

Entidade: Centro Comun. Pro-morar Baixinha - Rubim.

Deputado: Paulo Schettino.

Convênio Nº 00980 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Guarda-mor - Guarda-mor.

Deputado: Antonio Andrade.

Convênio Nº 00989 - Valor: R\$1.800,00.

Entidade: Centro Assistencial Descobertense - Descoberto.

Deputado: Elmo Braz.

Convênio Nº 00990 - Valor: R\$6.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Francisco Dumont - Francisco Dumont.

Deputado: Carlos Pimenta.

Convênio Nº 00993 - Valor: R\$18.200,00.

Entidade: Centro Assistencial Descobertense - Descoberto.

Deputado: Elmo Braz.

Convênio Nº 01014 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Creche Comun. Maria Bessa - Belo Horizonte.

Deputado: Marcos Helenio.

Convênio Nº 01062 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Indigena Pataxo Thyumdayba - Carmesia.

Deputado: Marcos Helenio.

Convênio Nº 01077 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Prados - Prados.

Deputado: Baldonado Napoleao.

Convênio Nº 01091 - Valor: R\$4.000,00.

Entidade: Associacao Vicenciana Assist. Menor - Sao Vicente Minas.

Deputado: Ailton Vilela.

Convênio Nº 01105 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Alto Jequitiba - Alto Jequitiba.

Deputado: Joao Leite.

Convênio Nº 01106 - Valor: R\$2.500,00.

Entidade: Caixa Escolar Rosa Gripp Silva - Alto Jequitiba.

Deputado: Joao Leite.

Convênio Nº 01108 - Valor: R\$1.000,00.

Entidade: Associacao Apoio Comun. Bairro Xororo - Campanha.

Deputado: Ailton Vilela.

Convênio Nº 01122 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: America Futebol Clube - Tres Coracoes - Tres Coracoes.

Deputado: Ailton Vilela.

Convênio Nº 01124 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Creche Comun. Vila Piratininga - Belo Horizonte.

Deputado: Marcos Helenio.

Convênio Nº 01129 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Associacao Mineira Assist. Excepcionais - Campanha - Campanha.

Deputado: Ailton Vilela.

Convênio Nº 01138 - Valor: R\$20.000,00.

Entidade: Comunidade Reviver - Belo Horizonte.

Deputado: Miguel Martini.

Convênio Nº 01153 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Creche Menino Jesus - Nepomuceno - Nepomuceno.

Deputado: Ailton Vilela.

Convênio Nº 01159 - Valor: R\$10.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Gonzaga - Gonzaga.

Deputado: Olinto Godinho.

Convênio Nº 01194 - Valor: R\$3.300,00.

Entidade: Associacao Esportiva Agua Branca - Contagem.

Deputado: Arnaldo Canarinho.